



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 92, TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 101^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE JUNHO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	8
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Considerações sobre a eventual perda de investimentos e negócios externos ante a imagem do atual Governo no cenário internacional. Preocupação com o mercado de trabalho, o desemprego e o crescimento da pobreza no País.	8
Senador Izalci Lucas – Apelo à busca de um consenso entre autoridades ambientais, órgãos do Governo e Congresso para viabilizar a duplicação da BR-080. Destaque à iniciativa de uma advogada de Porto Velho-RO que construiu um bebedouro no muro da casa dela para matar a sede de moradores em situação de rua e de pedestres. Anúncio do oferecimento pela empresa Google de bolsas de estudos a estudantes de pós-graduação de universidades latino-americanas.	11
Senador Reguffe – Lamento pela disseminação de notícias falsas relacionadas ao voto de S. Exa. contrário à liberação do porte de armas. Destaque à coerência de S. Exa. no exercício do mandato.	13
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional, dia 26 de junho de 2019, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 100/2019.	15
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Wellington Fagundes – Alegria com o trabalho voluntário na revitalização de uma escola pública na cidade de Campo Novo dos Parecis-MT. Defesa de uma maior integração entre escola e comunidade em benefício da educação. Registro da presença de S. Exa. na reinauguração da Casa de Saúde do Índio em Rondonópolis e na aldeia dos bororós na comunidade de Nova Jarudore-MT. Defesa de iniciativas que gerem de desenvolvimento e bem-estar aos povos indígenas.	15
Senador Marcos Rogério – Críticas ao suposto ativismo judicial praticado pelo STF. Registro de projeto de decreto legislativo, de autoria de S. Exa., que visa sustar os efeitos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 26 e do Mandado de Injunção nº 4.733, que criminalizam a homofobia e a equiparam ao racismo.	20



Senadora Leila Barros – Justificativa do voto contrário de S. Exa. ao decreto das armas editado pelo Governo Federal. Relato do empenho de S. Exa. em favor da duplicação da BR-080.	26
Senador Alvaro Dias – Preocupação com o aprofundamento da crise econômica e o aumento da dívida pública brasileira. Críticas à política econômica adotada pelo Banco Central nas últimas décadas.	29
Senador Telmário Mota – Defesa da manutenção do decreto do Presidente da República que ampliou o porte e a posse de armas. Preocupação com a questão energética no Estado de Roraima e registro da atuação de S. Exa. em prol da retomada das obras do Linhão de Tucuruí.	33
Senador Zequinha Marinho – Manifestação contrária à paralisação definitiva das atividades do projeto Onça Puma, da mineradora Vale, em municípios do Pará. Comemoração dos 108 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, completados no último dia 18, e registro das convenções existentes pelo País.	39
Senador Paulo Rocha – Homenagem à Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Insatisfação com o adiamento, pelo STF, do julgamento do habeas corpus impetrado pelo ex-Presidente Lula. Leitura de carta enviada pelo ex-Presidente Lula ao ex-Chanceler Celso Amorim. Críticas às reformas apresentadas pelo Governo Federal.	42
Senador Eduardo Girão – Considerações sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27/2017, que versa sobre as dez medidas contra a corrupção e o abuso de autoridade.	47
1.3 – ENCERRAMENTO	51

PARTE II

2 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 101^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno ..	53
---	----

2.1.2 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Ofício nº 34/2019, da Caixa Seguridade, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	56
---	----

2.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 407/2019 (nº 953/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina.</i>	58
--	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 408/2019 (nº 1119/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçanortense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.</i>	61
--	----

Projeto de Decreto Legislativo nº 409/2019 (nº 1122/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.</i>	64
---	----



Projeto de Decreto Legislativo nº 410/2019 (nº 1132/2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.	67
Projeto de Decreto Legislativo nº 411/2019 (nº 1133/2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	70
Projeto de Decreto Legislativo nº 412/2019 (nº 1141/2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.	73
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 407 a 412/2019. As matérias serão apreciadas terminativamente.</i>	75
2.1.4 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 259/2019, na origem, que restitui os autógrafos do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei de Conversão nº 27/2018 (proveniente da Medida Provisória nº 843/2018), promulgado e convertido na Lei nº 13.755/2018.	78
Nº 260/2019, na origem, que restitui os autógrafos do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei de Conversão nº 31/2018 (proveniente da Medida Provisória nº 851/2018), promulgado e convertido na Lei nº 13.800/2019.	79
Nº 261/2019, na origem, que restitui os autógrafos do veto total rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei do Senado nº 188/2017, promulgado e convertido na Lei nº 13.847/2019.	80
Nº 262/2019, na origem, que restitui os autógrafos do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei nº 1.321/2019, promulgado e convertido na Lei nº 13.831/2019.	81
2.1.5 – Projetos de Lei	
Nº 3675/2019, do Senador Marcos do Val, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para tipificar o crime de transporte irregular de passageiros.	83
Nº 3676/2019, do Senador Marcos do Val, que altera o inciso V do § 2º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como causa de aumento de pena para o crime de roubo a utilização da vítima como escudo humano.	89
Nº 3677/2019, do Senador Marcos do Val, que altera o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de induzir ou instigar alguém a praticar o crime de receptação.	95
2.1.6 – Requerimento	
Nº 530/2019, do Senador Mecias de Jesus e outros Senadores, de criação de comissão temporária destinada a verificar o impacto da imigração dos venezuelanos, junto à população de Roraima, no que se refere à segurança pública, saúde e educação.	101
2.1.7 – Término de prazo	
Término do prazo, em 21 de junho de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 58/2019.	104



PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	105
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	108
5 – LIDERANÇAS	109
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	111
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	114
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	116
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	151



Ata da 101^a Sessão, Não Deliberativa,
em 24 de junho de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

*Presidência da Sra. Leila Barros e dos Srs. Marcos do Val, Izalci Lucas, Reguffe, Marcos Rogério,
Eduardo Girão e Paulo Rocha.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 34 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (Vide Parte II do Sumário)

Sessão não deliberativa.

Primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim, como sempre, presente aqui, o nosso grande representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Obrigado pelas considerações.

Presidente Izalci, Senador Reguffe, eu falo hoje com uma enorme preocupação sobre um documento que recebi das organizações não governamentais sobre a situação do Brasil em relação à Europa e ao Canadá.

Sr. Presidente, há uma realidade perturbadora. O Brasil está sendo julgado lá fora de forma muito negativa e preocupa todos nós, até porque, pouco tempo atrás, a situação era diferente. Cerca de 340 organizações não governamentais encaminharam para a União Europeia e para o Canadá documento solicitando a imediata interrupção das negociações comerciais com o Brasil. Isso é agravante, pois acontece em meio a tratativas para um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

Diz a carta:

Desde o início do [atual] Governo [...], em janeiro de 2019, temos testemunhado o crescimento de violações a direitos humanos, ataques a minorias, populações indígenas, LGBTs e comunidades tradicionais. Além disso, [diz a carta] a administração continua a ameaçar o funcionamento democrático básico da sociedade civil, enquanto instiga ataques a algumas das regiões mais preciosas e ecologicamente valiosas do mundo.

Fecha aspas.

O documento tem cinco demandas: primeira, a interrupção imediata das negociações de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul; segunda, a garantia de que os produtos brasileiros consumidos pelo Bloco Europeu não contribuam para o desmatamento, grilagem de terras e violação dos direitos humanos; terceira, o pedido de confirmação formal de que o Governo brasileiro está comprometido com a implementação do acordo de Paris; quarta, o apoio a ONGs brasileiras que trabalham pelos direitos humanos e pelo funcionamento da democracia; quinta, o monitoramento sobre violações de direitos humanos, incluindo investigação de casos e proteção a quem estiver sob risco, como defensores ambientais, quilombolas e populações indígenas.

Carta semelhante foi encaminhada ao Governo canadense. Parte da carta – abro aspas: "Exigimos que o governo canadense interrompa as negociações com o Brasil para acordo de livre comércio entre o Canadá e o Mercosul. Assinar um acordo com esse regime extremista de direita só exacerbará os riscos para as pessoas e o meio ambiente" – fecha aspas.

Fiquei sabendo também que, em maio, uma carta assinada por 600 cientistas europeus já havia feito pedido semelhante, exigindo que a União Europeia deixasse de importar produtos brasileiros ligados ao desmatamento.



Sr. Presidente, quando leio essas duas partes dessas duas cartas é demonstrando a minha preocupação. Numa época de tanto desemprego, se acontecer esse boicote por parte dos países europeus e Canadá, é realmente preocupante. Creio que essa situação constrangedora para o nosso País, tendo como fatos esta realidade, coloca em xeque a nossa real capacidade de captar investimentos externos. Convenhamos que, em época de desemprego em alta, se aproximando dos 14 milhões, com 43 milhões de pessoas nessa situação de pobreza extrema, afastar investidores é um equívoco. Espero que não aconteça. Temos que dar um novo rumo para a nossa imagem lá fora. Se há erros, que se revertam. O Brasil não pode se isolar.

Senhoras e senhores, mas também há uma realidade aqui dentro para a qual não podemos fechar os olhos.

Vamos pegar aqui alguns dados do Ipea. Informa o Ipea que quase um quarto dos domicílios brasileiros viveu sem renda decorrente de trabalho no primeiro trimestre de 2019. A proporção dos domicílios sem renda do trabalho – onde se incluem aposentados, pensionistas, Bolsa Família, investimento em ações, entre outros – subiu de 19%, no primeiro trimestre de 2014, para 22%, de janeiro a março deste ano. Foi o maior crescimento entre todas as faixas de renda pesquisadas. Já os domicílios que vivem de renda alta pouco se mexeram. Em cinco anos, caiu de 2,2% para 2,1%.

Houve ainda, Sr. Presidente, uma alta na parcela de desempregados, que estão nessa situação há mais de dois anos. Aumentou a parcela daqueles que estão há dois anos desempregados.

Segunda o Ipea, no primeiro trimestre de 2015, quando o emprego começou a declinar no País, essa parcela representava 17,4% do total e subiu para 24,8% no primeiro trimestre deste ano, ou seja, 3,3 milhões de pessoas.

Em quatro anos, o crescimento das pessoas que estão há mais de dois anos sem emprego foi de 42,4%. É realidade que a crise bateu forte na porta de toda a nossa gente e entrou sem pedir licença.

É muito constrangedor, Sr. Presidente, saber que 43,4% das crianças brasileiras vivem na pobreza, conforme aponta o relatório *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018*, elaborado pelo IBGE.

São 18,2 milhões de crianças de zero a 14 anos vivendo em situação de pobreza no País. Isso representa, repito, 43,4% de todas as crianças nessa faixa etária, ou uma em cada 2,3 crianças. As crianças de zero a 14 anos compõem, proporcionalmente, a faixa etária mais atingida pela pobreza no País. Em seguida, vem a faixa de 15 a 29 anos: 30,1% na extrema pobreza.

Considerando pessoas de todas as faixas etárias, 54,8 milhões de brasileiros viviam em situação de pobreza em 2017, isto é, com menos de meio salário mínimo para sobreviver, exatamente R\$406. O IBGE aponta, ainda, que a proporção da população em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5% de 2016 para 2017.

A Região Nordeste concentrou o maior percentual de pessoas em situação de pobreza em 2017: 44,8%, o que equivale a cerca de 26 milhões de pessoas.

Entre os Estados, a maior proporção de pessoas em situação de pobreza foi observada no Maranhão, 54,1%, mais da metade da população daquele Estado. Além do Maranhão, a proporção também foi alta em Alagoas: 48,9%.

Segundo o Ipea, seria necessário investir R\$10,2 bilhões por mês na economia para que a pobreza fosse erradicada no nosso País. Além da opção de investimento na economia, o estudo também diz que outra alternativa seria garantir R\$187 por mês a mais, em média, da renda de cada pessoa que está em situação de pobreza.



Sr. Presidente, também hoje, na Comissão de Direitos Humanos, fizemos uma audiência pública para discutir o trabalho e o desemprego, e um dado assustador que chegou lá, por parte de um dos painelistas, um dado internacional, diz que o Brasil está entre os dez piores países do mundo em relação ao mundo do trabalho. Isso divulgado em situações do mundo do trabalho. Está somente ali, nesses dez, na frente da Nigéria. É preocupante esse quadro, Sr. Presidente, porque estamos, de fato, vivendo uma recessão, que já falam em estagnação e até em depressão.

E, nesse aspecto, Sr. Presidente, eu vou usar os meus últimos oito minutos para ler o editorial de *O Estado de S. Paulo*, com o título "A vida em tempo de desemprego". Sr. Presidente, quero deixar registrado o artigo publicado nesta segunda-feira, na coluna Notas & Informações, do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título "A vida em tempo de desemprego".

Diz o artigo, abro aspas:

A vida em tempo de desemprego.

Há 3,3 milhões de trabalhadores há pelo menos dois anos à procura de uma ocupação remunerada. Esse número é 42,4% maior do que o de dois anos antes. A constatação de que em quase um quarto dos domicílios não há nenhum morador com renda gerada pelo trabalho mostra uma nova dimensão da tragédia social que a persistência da crise econômica torna cada dia mais dramática.

[Diz mais o *Estado de S. Paulo*.] Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constataram que a proporção de domicílios sem renda do trabalho, que já era alta, está crescendo. [Diz o artigo.] Passou de 19% do total no início de 2014 para 22,2% no último trimestre de 2018 e 22,7% no primeiro trimestre deste ano.

Além de ser um dado que causa espanto, pelos dramas familiares que resume, essa informação se acrescenta a outras – como o número de desempregados, subocupados e pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não encontram ocupação, que somam 28,4 milhões de pessoas, ou o tempo cada vez maior que se leva para encontrar emprego – que mostram a severa deterioração [Sr. Presidente] do mercado de trabalho.

Para boa parte das pessoas que não têm ocupação adequada, o futuro próximo não é animador, pois as previsões mais otimistas são de que o mercado só começará a melhorar no ano que vem – se tudo caminhar bem.

De que vivem as pessoas abrigadas nesses domicílios se não é com a renda do trabalho? Decerto há entre elas as que formaram poupança suficiente para viver de outras rendas que não as geradas pelo trabalho.

Há também quem viva de pensões e aposentadorias ou de benefícios sociais pagos pelo Estado. Mas a grande maioria enfrenta imensas dificuldades para sobreviver [na nossa avaliação, passam fome].

"A crise bateu muito forte no mercado de trabalho e mais forte no trabalhador menos escolarizado, com emprego de pior qualidade, e é esse trabalhador que tem sofrido mais com a crise" [ou seja, setores mais vulneráveis], disse ao *O Estado* a economista Maria Andreia Parente Lameiras, uma das responsáveis pelo estudo sobre o mercado de trabalho, publicado na mais recente edição da revista *Carta de Conjuntura*, editada pelo Ipea. Os menos preparados, Sr. Presidente, são, de fato, os mais vulneráveis, mas a crise atinge todos os tipos de trabalhadores.



Outra constatação do Ipea é a de que o tempo em que se fica desempregado está aumentando. Desagregando os dados da Pnad Contínua, aferida mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os economistas do Ipea constataram que é crescente o número de pessoas que estão desempregadas [aí eles repetem] há mais de dois anos [rerito: desagregando os dados da Pnad Contínua]. No primeiro trimestre de 2015, 17,4% dos desempregados estavam nessa situação há mais de dois anos; neste ano, a proporção continua subindo [rerito] [...] ou praticamente um quarto dos desempregados [o que dá mais ou menos 25%]. Isso significa que 3,3 milhões de trabalhadores estão há pelo menos dois anos à procura de uma ocupação remunerada. Esse número [então vai para] [...] 42,4% [...].

Outros milhões de trabalhadores deixaram de procurar um emprego que tentaram encontrar durante muito tempo e passaram a integrar o grupo de desalentados [que se aproxima já de 5 milhões de pessoas]. Esse grupo é formado por pessoas que não procuraram emprego no período de referência da pesquisa por se considerar muito jovem, muito idoso ou pouco experiente, ou por acreditar que não encontraria oportunidade [...] [alguma e acaba desistindo]. No primeiro trimestre deste ano, segundo o IBGE, o contingente de desalentados era formado por [...] [aproximadamente 5 milhões de pessoas – eu já havia falado antes –, mais precisamente 4,8 milhões].

"O mercado de trabalho é o pior retrato da crise econômica pela qual o Brasil está passando" [neste momento], segundo Andréa Lameiras. "Estamos saindo da crise, mas muito lentamente, e o mercado de trabalho reage depois da economia como um todo."

Sr. Presidente, eu fiz uma síntese aqui do artigo do *Estado de S. Paulo* e também relatei esse documento encaminhado para o Canadá e para a União Europeia, em relação à situação do Brasil.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

Peço que considere na íntegra, por favor.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa.

Vou pedir ao meu amigo, o Senador Reguffe, para presidir enquanto eu faço o meu pronunciamento.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Convidado para fazer uso da palavra o Senador Izalci, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Reguffe, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o assunto que me traz a esta tribuna hoje é triste e merece atenção. Eu me refiro aos inúmeros acidentes ocorridos na BR-080, rodovia que sai de Brasília e vai até Brazlândia, na divisa com Goiás, chamada "rodovia da morte". Ela é responsável pela perda de centenas de vidas. E com razão a BR recebeu esse nome, Sr. Presidente. No último final de semana, outra vítima fatal, nosso colega e ex-



Deputado Distrital Juarez Carlos de Lima Oliveira, o Juarezão, morreu aos 56 anos, ao sofrer um grave acidente.

A duplicação da BR-080/DF, via de acesso à Brazlândia, é uma reivindicação antiga dos moradores da região. A pista é simples, tem tráfego intenso, com curvas fechadas, e a grande quantidade de carretas torna o trecho muito perigoso. Além disso, os carros circulam em alta velocidade, e é muito comum se arriscarem em ultrapassagens perigosas. Nesse cenário, o risco para a segurança dos motoristas é grande.

No início do ano, eu fiz aqui um alerta, aqui mesmo no Plenário, sobre a necessidade urgente da duplicação dessa rodovia.

A bancada federal do Distrito Federal já destinou recursos do orçamento para essa obra, mas todos foram perdidos por falta de execução. O que está impedindo a realização dessa obra é a falta de uma licença ambiental. O que ocorre é que essa rodovia passa por uma área de preservação, e os pedidos de autorização acabam sendo negados.

O que nós precisamos é encontrar uma solução para esse impasse. A rodovia já existe, já foi autorizada por uma legislação anterior, é asfaltada. De minha parte, faz dez anos que estou buscando soluções para viabilizar essa licença ambiental. Já houve até uma minuta de uma medida provisória para ser encaminhada para este Congresso, prevendo a dispensa de determinadas licenças, como esta em questão. Mas não houve sequência. Tivemos também um projeto, que estava tramitando na Câmara dos Deputados, que também não foi para frente.

Então, Sr. Presidente, deixo aqui um apelo para que as autoridades ambientais, órgãos do Governo e nós aqui do Congresso possamos chegar a um consenso quanto ao que precisa ser feito para que essa duplicação se torne realidade. Estaremos assim evitando que muitas vidas sejam perdidas justamente pela falta de segurança dessa rodovia.

Nós, quando colocamos esse recurso, Sr. Presidente, não sabíamos da falta de licença. É uma coisa tão absurda, porque é a única, inclusive, BR não duplicada aqui no Distrito Federal. E não há sentido, onde já há asfalto, já existe a pista, e a simples duplicação causa então essa confusão burocrática toda, ambiental.

Quero dizer que hoje mesmo à tarde, na reunião de Líderes com o Governo, vou levantar novamente essa questão. Já tinha conversado com o Ministro da Casa Civil sobre isso. E eu espero que a gente consiga definitivamente resolver essa questão, que é burocrática, para que a gente possa... Eu sei que o Governo do DF já assumiu o compromisso, inclusive, de, na semana que vem, iniciar as obras, mas precisamos resolver essa questão ambiental, que eu tenho certeza de que o Governo Federal vai agilizar. Eu sei que o Governo já tinha a intenção de desburocratizar essa questão ambiental, principalmente na faixa de domínio, mas vamos pressionar para que aconteça o mais rápido possível, porque, só este ano, Sr. Presidente, a informação que tenho é de que já morreram 28 pessoas nessa estrada. Isso é horrível.

Mas eu também aqui, Sr. Presidente, como faço todos os dias, quero falar algumas boas notícias. Quero falar de ações positivas que nos servem de modelo e também de fonte de esperança de que podemos construir uma sociedade, um mundo melhor, com pequenas ações.

Uma advogada de Porto Velho, Rondônia, com quem tive o privilégio de trabalhar durante alguns anos em Porto Velho, construiu um bebedouro no muro da casa dela para matar a sede de moradores em situação de rua e a de pedestres. Quando soube que muitos moradores de rua têm problemas renais por não beber qualidade e quantidade suficiente de água, Márcia Regina Pini resolveu construir, então, esse bebedouro. A ideia era não só atender a população carente, mas



qualquer pessoa que desejasse beber água da rua. O bebedouro foi construído com esmero e, no começo, as pessoas achavam estranho, mas logo perceberam a relevância da ação social. Hoje, o bebedouro é utilizado por quem passa, e a advogada faz a manutenção com a aprovação da vigilância sanitária da cidade. Um bom exemplo de ação solidária.

Outra notícia que eu quero compartilhar é a de que o Google, agora, está dando bolsa de estudos para brasileiros desenvolverem projetos inovadores. As oportunidades são para estudantes de mestrado e doutorado de universidades de toda América Latina que tenham projetos de soluções inovadoras nas áreas de Engenharia, Ciência da Computação, Empreendedorismo Digital e Saúde Pública. Os pesquisadores selecionados poderão desenvolver seus projetos em Ciência da Computação, Engenharia e áreas afins, durante o ano. Esse programa de incentivo foi criado em 2013 e já financiou mais de 70 projetos na América Latina. As inscrições vão até o dia 29 de julho. Essa é uma boa oportunidade para quem deseja estudar fora.

Era isso, Presidente, o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Parabéns, Senador Izalci! Quero dizer que é muito importante a duplicação dessa BR. Eu e V. Exa. nos empenhamos para que uma das emendas coletivas da bancada do Distrito Federal ao Orçamento fosse a duplicação dessa BR. Isso passou a constar no Orçamento.

Eu sou aqui um defensor do meio ambiente, tenho sido rigoroso na defesa do meio ambiente. Penso que o desenvolvimento econômico tem que se dar de maneira sustentável, ele tem que se dar levando em conta o meio ambiente. Agora, isto em nada interfere no meio ambiente: é simplesmente uma duplicação de uma rodovia que já está asfaltada. É só colocar uma pista a mais, não haverá nenhuma agressão ao meio ambiente. Portanto, isso foge ao razoável.

A população de Brazlândia merece essa obra, é uma obra necessária, e a bancada do Distrito Federal, de forma coletiva, destinou recursos para essa duplicação, que é muito importante para a população daquela cidade.

Senador Izalci, peço a V. Exa. que ocupe a Presidência, se for possível, para que eu possa fazer o uso da palavra.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, na semana passada eu votei contra a liberação do porte de armas. A partir daí, ocorreram uma série de agressões pela internet e uma disseminação de notícias falsas.

Cada eleitor, cada cidadão tem o direito de discordar de um voto de um Parlamentar – tem o direito. Isso faz parte da democracia. O que não pode haver são agressões e disseminação de notícias falsas. Foram viralizados, no WhatsApp, memes de que eu teria seguranças, de que eu andaria nas ruas cercado de seguranças, de que eu viria para o Senado com o carro cheio de seguranças. Isso não é verdadeiro, Sr. Presidente, como todos aqui sabem.

Eu, no primeiro dia do meu mandato, entre as várias coisas de que eu abri mão, como aposentadoria especial de Parlamentar, como plano de saúde vitalício dos Senadores, eu abri mão também do carro oficial, da cota de gasolina, de motorista. Eu não tenho seguranças. Aliás, abri mão disso tudo em caráter irrevogável no primeiro dia do meu mandato. Nem que eu queira eu



posso voltar atrás. Eu venho para o Senado todos os dias dirigindo o meu próprio carro e sozinho. Todos aqui podem testemunhar isso porque sabem, acompanham e me veem todo dia. Então, eu não tenho seguranças. Eu venho todos os dias para o Senado dirigindo o meu próprio carro e sozinho.

Não é correta essa disseminação de notícias falsas. E é triste ver pessoas que criticavam essa prática no PT, no Governo do PT, agora repetirem isso. Isso não é correto.

O meu voto com relação à revogação desse decreto foi um voto de consciência, como todos os que eu dou aqui, e que precisa ser respeitado, do mesmo jeito que eu respeito as críticas daquelas pessoas que discordam desse voto.

O decreto misturou porte e posse, que são duas coisas distintas. Por que dar porte de armas para políticos, advogados, jornalistas? Por quê? Eu não concordo. Outras pessoas concordam e eu respeito, mas eu pessoalmente não concordo. Mais do que isso, essa minha posição já foi conhecida lá atrás, na minha campanha para o Senado. Ao contrário de outros políticos que escondem as suas posições sobre temas polêmicos, eu coloquei a minha posição e como eu votaria em todos os temas polêmicos. Está lá, coloquei lá e falei na época que seria contra a liberação do porte de armas. É uma posição pessoal que precisa ser respeitada, como eu respeito a de todos aqui.

Eu penso que, se uma pessoa, numa briga, dá um soco, ela só dá um soco porque perde a cabeça. Se alguém, quando perde a cabeça, dá um soco, essa pessoa, se tiver uma arma, dá um tiro. Outra situação: eu ouvi especialistas que me disseram que a pessoa de bem, mesmo com uma arma, se aparecer um bandido, não atira com a mesma facilidade do bandido, porque não basta ter uma arma; você precisa também querer matar, estar disposto a matar se for necessário. Então, a pessoa de bem titubeia por três segundos para puxar o gatilho; nisso, o bandido já atirou e ainda vai levar mais uma arma para o seu arsenal.

Mas é uma opinião pessoal. Não sou dono da verdade, não, e posso estar enganado. Agora, tenho que votar com a minha consciência e com o que eu coloquei na minha campanha, porque também mudar de posição depois de eleito não é correto. Então, é minha posição pessoal e precisa ser respeitada do mesmo jeito que eu respeito a de todos aqui.

Eu dei vários votos aqui com o Governo e com a posição do Governo. Eu votei pela redução do número de ministérios. Eu votei para que o Coaf ficasse no âmbito do Ministério da Justiça. Eu votei a favor da MP 871, que visa combater as fraudes no INSS e que vai gerar uma economia anual aos cofres públicos de cerca de R\$9,8 bilhões. Eu votei contra a anistia aos partidos, o que vai gerar um prejuízo aos cofres públicos de R\$60 milhões. Eu votei a favor da medida provisória que vai abrir o mercado aéreo no Brasil e permitir que empresas estrangeiras possam operar voos domésticos para a gente aumentar a concorrência e poder baixar o preço das passagens.

Eu não acho que é correto se julgar um mandato por apenas um voto – não me parece justo, mas respeito.

Agora quero lembrar que, no meu mandato, eu apresentei aqui 11 PECs; 44 projetos, dos quais três aprovados aqui no Senado e já na Câmara, e todos relevantes. Hoje há remédios para câncer na rede pública do Distrito Federal por causa de uma emenda minha ao Orçamento da União. O DF recebeu também 14 ambulâncias novas e totalmente equipadas para o Samu por outra emenda minha. Destinei recursos também para a reforma de escolas públicas, enquanto outros Parlamentares destinam esses recursos para *shows*, para festas, para eventos, para aniversários de cidades – destinei para aquilo de que população mais precisa.



Ninguém pensa tudo igual na vida. Isso é normal. Nem a mãe da gente pensa igual – e a gente saiu da barriga dela. O que é preciso para se conviver em sociedade é colocar a sua opinião e respeitar a do outro. Ninguém vai pensar tudo igual, mas aqueles que discordaram do meu voto vão ver muitas convergências também. E assim a gente constrói uma democracia.

Infelizmente hoje, no Brasil, pensar está virando algo proibido e pensar diferente é crime. Não existem duas pessoas que pensam de forma igual em todos os temas. Eu não sou dono da verdade e posso estar enganado, mas o meu voto contra a liberação do porte de armas foi um voto de consciência, como todos os que eu dou aqui, e pensando no que eu acho que é melhor para a nossa sociedade. E ele não pode ser motivo para que se criem, se disseminem notícias falsas em grupos de WhatsApp, como essa de que eu vivo cercado de seguranças. Aliás, todos aqui neste Senado podem dar testemunho contrário de que isso não é verdade.

Uma verdadeira democracia se faz com cada um colocando a sua opinião e respeitando a dos outros. É assim que a gente vai construir o País que a gente sonha. E, aliás, não é inteligente para o próprio Governo ficar estimulando esse tipo de coisa, porque ele vai jogar as pessoas contra o Governo. O que nós precisamos neste País é fazer um debate fraterno de ideias, discutir o que é melhor para o País, e cada um votar com a sua consciência. Ninguém vai concordar com todos os votos de um Parlamentar, mas vai concordar com muitos. O que é importante é cada um seguir a sua consciência e, na hora de votar aqui, realmente pensar no que é o melhor para o País.

Muito obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento!

Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero comunicar aqui a sessão solene para a promulgação da Emenda Constitucional nº 100, de 2019.

A Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 26 de junho de 2019, quarta-feira, às 11h, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 100, de 2019, que altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de Parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.

Convido, então, o nosso grande mestre Senador, nosso guia aqui, representante de Mato Grosso, meu colega Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Meu caro Senador Izalci, cumprimento aqui a todos aqueles que nos assistem pela TV Senado, nos ouvem pela Rádio Senado e também por todos os meios de comunicação da Casa. Desejo uma boa tarde a todos, um início de nossa semana muito produtiva, Senador Izalci.

E gostaria inicialmente de me congratular com todos os devotos de São João, cuja celebração no dia de hoje abre tradicionalmente as festas juninas. São tempos de alegria e que marcam um dos maiores festejos do nosso calendário cristão. Que esse período de muita animação popular seja também de grandes acontecimentos e nos inspire também no cristianismo, no trabalho e, principalmente, na melhoria da qualidade de vida da população. Sabendo que essas festas têm muitas comemorações, é importante que todos a façam, mas no sentido religioso, na fé e na esperança de construirmos dias melhores.



Sr. Presidente, há poucos dias aqui falei, desta tribuna, sobre o Projeto de Lei nº 2.256, que apresentei este ano aqui, no Senado. Este projeto busca alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar, tema que V. Exa. tanto estuda e é uma referência.

A proposta que apresentei para que entre na pauta de debates desta Casa ocorreu após sucessivas tragédias envolvendo ex-alunos, professores, funcionários de escolas, enfim, todos aqueles trabalhadores da educação em unidades escolares. Essa proposta nos levou, inclusive, ao intenso debate neste Plenário sobre o contingenciamento aplicado pelo Governo ao orçamento da educação, ao qual montamos uma grande resistência, para que fossem liberados estes recursos. Conseguimos alguns avanços importantes e esperamos que, uma vez aprovado esse projeto de lei, possamos colocar em prática tais necessidades.

Mas o que me traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, em primeiro lugar, é para enaltecer um trabalho realizado por um grupo de voluntários que se uniram para revitalizar as instalações de uma escola pública na cidade de Campo Novo dos Parecis, a 400km de Cuiabá, uma escola que se encontrava totalmente destruída, segundo relatos, por falta de conservação por parte do Governo, sendo que também –, claro, não podemos esconder o sol com a peneira – boa parte dessa situação foi provocada pelos próprios alunos e ex-alunos.

A escola ganhou novas áreas depois que um arquiteto foi até lá, convidado para proferir uma palestra. Quando chegou ao local, Everton Querendo conta que chegou a imaginar que a escola estava abandonada, tamanho o nível de degradação das suas instalações. Ele, como ex-aluno, saiu dali e aglutinou forças para reformar o colégio, encontrando, para isso, na comunidade, vários parceiros. Claro, encontrou vários parceiros.

Por isso, Sr. Presidente, não é a primeira vez que a comunidade escolar em Mato Grosso se envolve para restabelecer o espaço do aprendizado dos seus filhos. Há vários exemplos e todos merecem os mais efusivos elogios. Atitudes como essa são de grande relevância. Daí o fato de vir a esta tribuna fazer esse registro.

Quando apresentei em Plenário o projeto sobre a segurança nas escolas, eu trouxe alguns dados mostrando que a educação no Brasil apresentava vários desafios, a começar pelas questões de caráter socioeconômico, ligadas, principalmente, à desigualdade de oportunidades de aprendizagem e também de acesso ao ambiente escolar. Lembrei aqui que temos problemas com a estrutura do sistema educacional em si: esferas, programas, agentes e repasses que ocorrem entre eles. Enfim, são muitos os desafios. E os problemas estruturais acabam, portanto, na somatória dos problemas que precisam ser enfrentados para que a educação seja proveitosa.

Uma escola desestruturada, sabemos, é desestimulante. Como frequentar uma escola malconservada?

Em Mato Grosso, por exemplo, das 768 escolas estaduais existentes, 400 entraram o ano precisando ser reformadas, praticamente a metade, entre as quais a Escola Estadual Pe. Arlindo, no Bairro Jardim das Palmeiras, lá em Campo Novo do Parecis, que teve a graça de encontrar pessoas dispostas a fazerem um pouco mais e recuperarem esse espaço para os estudantes.

Quero com isso, Sr. Presidente, dizer que sou um defensor intransigente da participação ativa da comunidade nas escolas, sobretudo dos pais dos alunos ajudando nessa conservação, porque o espaço escolar tem aspecto fundamental na qualidade das aprendizagens das crianças. Acredito que esse seja um bom caminho a se adotar no Brasil. Carecemos dessa participação. Eu sempre digo: educação se ensina em casa. Escolas são espaços de aprendizado, de se obter conhecimento.



A congregação de pais em torno da escola, porém, implica aos pais estabelecer relações com os conteúdos das disciplinas que os filhos estão aprendendo, ajudando os filhos nas tarefas de casa, sugerindo programas culturais, filmes, teatros, músicas, etc. Todas essas formas de agir são fundamentais, com a presença dos pais na educação.

Considero até mesmo fundamental que os espaços escolares fossem abertos aos finais de semana para atender a comunidade não apenas com lazer, mas também com atividades diversas, cursos e palestras; aliás, que obrigatoriamente fossem abertos como um espaço para que a comunidade pudesse não só estar presente, mas também discutindo como melhorar a atividade educacional da família, dos filhos e aproveitando também como espaço de lazer, como eu disse.

Sabemos que o momento fiscal e orçamentário é crítico, mas o Poder Público é chamado a agir e a fazê-lo de forma efetiva, especialmente no tocante à educação. Por isso, precisamos, assim, estimular essas práticas positivas e de grande afirmação em defesa de um ensino de qualidade.

Cumprimento aqui a todos os envolvidos nesse processo, e que possamos elevar a educação a outro patamar, avançando na qualidade, com a participação de todos.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar, inclusive, citando esse exemplo claro, para dizer que sempre defendi o tema de que educação se faz com a participação da comunidade, dos pais, dos professores, enfim, com o envolvimento, inclusive, daqueles que já são formados, que podem ir para dentro da comunidade, da escola e podem, inclusive, ali ajudar numa suplementação de atividades que podem ser feitas.

Portanto, qualquer profissional, seja médico, seja engenheiro, seja outro profissional qualquer, pode fazer com que aquela comunidade escolar possa ter ali uma agregação. Por isso, também queremos acrescentar aqui até os famosos mutirões que são feitos, não só o mutirão da limpeza, mas um mutirão de ajuda mútua, ou seja, fazer com que aquela comunidade possa também promover a autoajuda.

Eu quero, ainda, Sr. Presidente, destacar aqui que, neste final de semana, nós tivemos, lá na minha cidade natal, a visita dos povos indígenas da região de Rondonópolis, onde fomos reinaugurar a Casa de Saúde do Índio. Na nossa cidade, a etnia bororó predomina naquela região; então, lá a Casai foi totalmente reformado. E lá nós visitamos essas instalações, na sexta-feira, juntamente com a Secretária Especial de Saúde Indígena, Silvia Waiápi, e também o Coordenador Distrital de Saúde Indígena, o Argon, que é o coordenador no Estado de Mato Grosso.

A Casai é localizada, como eu disse, em Rondonópolis e visa atender toda a região sul de Mato Grosso. São várias aldeias. E, segundo as lideranças indígenas, as novas instalações serão fundamentais para o atendimento em saúde, já que grande parte da população bororó estava obrigada a solicitar o apoio da Prefeitura local quando surgia algum problema de saúde.

É bom dizer que essa casa é uma casa antiga, em uma chácara ali na periferia da cidade, mas com todas as condições inclusive para que os índios tenham ali um espaço diferenciado para que possam ter a sua recuperação, mas num ambiente adaptado às condições dos próprios índios.

A rede pública de saúde está sobrecarregada. Indígenas ficam esperando muito pelo atendimento. Agora, com a Casai, o atendimento, com certeza, vai melhorar, e vai melhorar muito. Por isso, fomos recebidos com festa e canções tradicionais. E quero dizer que todos nós que lá estávamos, com certeza, ali não só ouvindo as músicas, tivemos a oportunidade de conhecer os boys, a nova geração boys da aldeia Tadarimana e de todos os índios bororós ali.



Por isso, sugeri às lideranças indígenas um projeto para viabilizar um armazém, onde seriam comercializados também peças artesanais e produtos da agricultura indígena. Para isso, vamos conversar sobre o acesso dos indígenas aos cursos também da universidade.

Em Rondonópolis, minha cidade natal, nós temos o *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso. Esse *campus* já foi transformado em universidade federal, e agora estamos na fase de implantação dessa universidade. Por isso, nesse projeto agora, quero, inclusive, trabalhar junto com a universidade não só na área de saúde, até porque já temos o curso de Medicina na cidade de Rondonópolis. Então, dentro da universidade federal é possível fazermos inclusive uma área de especialização no tratamento das doenças e, principalmente, no tratamento específico aos irmãos indígenas. Da mesma forma, em relação às pesquisas que podem ser feitas, já que temos a única reserva, de 10 mil hectares de área, a reserva ambiental dos índios bororós. Ali, pode ser desenvolvida toda a pesquisa fitoterápica, farmácia, laboratório, para que a gente possa aliar o conhecimento dos índios à tecnologia e principalmente à pesquisa e à ciência. E nesse aspecto nós vamos estar, inclusive, desenvolvendo esse trabalho junto ao Ministério da Saúde.

E ainda quero dizer que visitamos também, junto com toda essa equipe que lá esteve, a aldeia dos bororós também, na comunidade de Nova Jarudore. Foi muito impressionante essa visita, principalmente pela própria índia Silvia Waiãpi, que é a Diretora Nacional de Saúde, que teve a oportunidade de conhecer um laticínio dentro da reserva indígena. Trata-se de um laticínio que funciona todos os dias do ano. Mas aqui eu quero dizer um detalhe, Sr. Presidente, esse laticínio que funciona dentro da reserva indígena, com o leite tirado pelos próprios índios, com a criação de bovinos, inicialmente encontrou muita resistência, principalmente em colocar o produto no mercado, porque havia um questionamento, por parte dos consumidores, se aquele produto tinha qualidade técnica, de higiene, e tudo mais. Então, foi muito mais difícil para os próprios índios provarem isso. Lá é feita toda a inspeção e a qualidade do produto hoje, inclusive, está atingindo mercados fora da cidade de Rondonópolis também do Estado de Mato Grosso.

Eu quero dizer da minha satisfação de ter conhecido a Silvia Waiãpi, que é a Secretária Especial de Saúde Indígena, porque ela tem variada e vasta experiência em gestão pública e já fez vários cursos de formação na área de saúde, além da especialização em política e em estratégia. Ela é a primeira mulher indígena a integrar o Exército Brasileiro, tendo entrado na corporação para o corpo de saúde. Ela integra também o Colégio Brasileiro de Medicina de Desastres e Catástrofes, nasceu no Estado do Amapá e foi 1^a Tenente também do Exército Brasileiro. Aos quatro anos, sofreu um acidente e foi levada para a cidade para ser operada e quando teve o primeiro contato com a saúde branca. Como não podia voltar para a aldeia devido aos graves problemas de saúde, foi criada inicialmente por um professor que iniciou a sua alfabetização, devendo a ele também a sua parte educacional. Silvia sempre manteve os laços com o seu pai, Cacique Seremete, na aldeia, para onde volta uma vez por ano, nas férias. O pai, inclusive, não fala a língua portuguesa, só a sua língua de origem. Antes de assumir o cargo no Ministério da Saúde, Nobre era chefe do Serviço de Medicina Física e Reabilitação em Fisioterapia do Hospital Central do Exército. Fisioterapeuta integrante da equipe pioneira do Brasil, com formação específica de emergência em defesa química, biológica, radiológica e nuclear do Exército Brasileiro, habitada para ações em caso de sinistros ou atentados bioterroristas. Defende a participação da política de indígenas em assuntos de relações internacionais visando à soberania do Brasil no âmbito de segurança e proteção de fronteiras para o fortalecimento da expressão do Poder nacional entre povos indígenas.



Quero dizer também que estava lá acompanhando a Regina Resende, que é Diretora do Departamento Nacional de Atenção à Saúde Indígena, o Argon Norberto, que é o Chefe e Coordenador Distrital da Saúde Indígena (DSEI), em Cuiabá; ainda Maria Goretti, Chefe da Diase; Nelson da Silva, Chefe do Cesane; Larisse Vasconcelos, engenheira civil; e Valdomiro Rodrigues Soares, Presidente do Condisi, Cuiabá.

Quero dizer que fiz questão de mostrar aqui esse trabalho até para enaltecer a força que representa hoje a necessidade de apoiarmos a comunidade indígena. Muitos índios hoje já têm curso superior. Eu inclusive tive a oportunidade de estudar numa escola agropecuária com índios bakairís e na universidade também, com vários companheiros.

E queremos aqui, Sr. Presidente, ao encerrar, exatamente constatar o que a própria Silvia, com a sua experiência indígena, colocou lá: nós temos, mais do que nunca, que criar condições para que os nossos irmãos indígenas possam gerar renda, possam gerar riqueza e com isso, claro, sair dessa condição em que a maioria vive, a condição de miserabilidade.

Nós temos um bom exemplo lá em Mato Grosso, na Chapada dos Parecis, onde foi construída uma estrada na reserva, dentro da reserva, e hoje os índios cobram pedágio; portanto, têm uma renda. Arrendam terras, produzem, geram riquezas. Então essa é uma discussão que hoje começa a aflorar no Brasil, em todos os Estados brasileiros.

No caso do Mato Grosso, temos muitas áreas em que os indígenas podem produzir. Em Primavera do Leste, onde temos uma reserva – que, na verdade, não é no Município de Primavera, é em General Carneiro, mas a reserva está muito mais próxima do Município de Primavera do Leste –, tivemos um grande exemplo também, na aldeia dos meruris, onde os indígenas viviam em produção, com grande parceria com os produtores. Infelizmente, à época a Funai resolveu abolir, não permitindo que os índios pudessem continuar produzindo. O que aconteceu? A miserabilidade voltou à tona, a falta de comida, as necessidades.

Portanto, nós estamos aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para aproveitar essa oportunidade, em que estivemos lá com a Silvia, Chefe da Saúde Nacional, com a sua experiência, para sermos aqui também apoiadores de iniciativas como essas, para que possamos trazer riqueza, oportunidade aos nossos irmãos indígenas.

Encerrando, Sr. Presidente, quero aqui até citar o exemplo que aconteceu nessa aldeia bororo, lá na cidade de Rondonópolis, na Tadarimana. Lá havia um problema muito grande de mortalidade infantil, e fomos detectar o que era o problema: era exatamente o fato de as crianças estarem tomando água contaminada do Rio Vermelho. Conseguimos levar um poço artesiano, uma rede monofásica, que resolveu o problema da mortalidade infantil e, claro, melhorou também a qualidade de vida, porque a escola passou a ter televisão, passou a ter filmes, passou a ter geladeira para conservar as vacinas. Enfim, coisa de pouco investimento transformou totalmente uma comunidade.

Então, eu quero aqui parabenizar essa iniciativa do Ministério da Saúde, de fazer lá os investimentos. Eu tenho certeza de que esses investimentos serão extremamente importantes para melhorar a saúde de todos os indígenas ali da nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento. De fato, essa questão da segurança nas escolas é um



assunto que merece uma atenção especial aqui do Congresso, bem como esses exemplos, não é? Nós temos falado muito na educação, e podemos pegar exemplos de vários Municípios, como os que V. Exa. acaba de relatar aqui. E vai ter que ser de baixo para cima mesmo: a questão da educação não vai ser resolvida de cima para baixo.

Então, parabéns a V. Exa. E já convido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Voltando aqui, não existirá dinheiro suficiente se não houver exatamente a participação da comunidade. V. Exa., que é um convededor profundo... Gostaríamos, inclusive, de tê-lo como Ministro da Educação, porque conhece a realidade. E tenho certeza de que é dessa forma que a gente vai fazer a transformação da nossa educação, ou seja, principalmente através da educação básica. Uma criança bem educada, bem alimentada dificilmente se transformará em um bandido. Então, acho que é dessa revolução que o Brasil precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. e já chamo imediatamente o próximo orador, nosso grande representante de Rondônia, Marcos Rogério, o Senador tecnológico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Izalci, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde de segunda-feira para trazer ao debate um tema que já tenho abordado ao longo das últimas semanas.

É sabido por todos nós que o Senado Federal é, por excelência, uma Casa de reflexões. Por vezes, cobramos de nós mesmos a celeridade na tramitação das matérias legislativas, um grande volume de produção, em curto espaço de tempo, mas nem sempre isso representa que estamos desempenhando bem a nossa missão institucional, porque pensar o Brasil é papel por excelência do Senado Federal.

Algumas reflexões precisam ser feitas aqui nesta Casa. Por isso, em geral, a representação é feita aqui por Senadores e Senadoras com longa vivência nas mais diversas áreas da vida pública ou privada, exceto por alguns noviços que chegam a esta Casa, como eu, que tenho aqui que aprender muito com os mais antigos, com os mais experientes, com as boas práticas.

Mas nesse aprendizado, Senador Izalci, tenho visto a necessidade de aprofundamento em alguns temas que são relevantíssimos para a atual quadra vivida no Brasil. Um desses temas, Sr. Presidente, é justamente o ativismo judicial. Eu diria que é o crescente e perigoso ativismo judicial. Tenho procurado estudar esse tema, e muito me assusta o fato de os nossos juízes, especialmente os da Corte Maior, estarem se espelhando em pensamentos doutrinários de uma tal nova ordem constitucional que ignora a própria letra da Constituição Federal.

O chamado neoconstitucionalismo, surgido depois da Segunda Guerra Mundial, propõe uma releitura do Direito, propondo uma ruptura com a ordem jurídica vigente, uma sobreinterpretação ou interpretação extensiva, que, segundo os defensores desse constitucionalismo, pode importar em decisões que disciplinem qualquer aspecto da vida social e política, algo perigosíssimo, ou seja, a partir desse entendimento adotado pelos ministros do Supremo, tudo em que a Corte entender que há omissão legislativa poderá ser objeto de decisão judicial com força normativa – com força normativa.



Sem meias palavras, com base nesse tipo de teoria, o Supremo não somente está legislando, está reescrevendo a nossa Constituição Federal como se fosse um novo poder constituinte originário. Não estou exagerando, o Supremo está alterando o Texto Constitucional, impondo uma nova ordem político-institucional sem obviamente ter qualquer poder de Assembleia Constituinte. Não sou eu que estou a dizer isso, mas os próprios ministros do Supremo, obviamente com outras palavras.

Ademais, há um uso indevido da tal interpretação conforme a Constituição, que é válida quando se trata de interpretar leis ordinárias, obviamente não se aplicando para a interpretação da própria Constituição, ou seja, ao interpretar a Constituição Federal não pode o Supremo Tribunal Federal dizer que se está valendo de interpretação conforme a Constituição.

Tudo a que estamos assistindo é o uso de ideologias na interpretação constitucional, com o uso de argumentos bonitos e bem-arranjados para esconder uma realidade que ojeriza. Estão reescrevendo a Constituição Federal. Estamos assistindo a um verdadeiro deslocamento do poder, saindo do Executivo e do Legislativo para o Judiciário. Nada mais grave, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal tem se estabelecido como um superpoder, como o controlador maior da República, como detentor da verdade soberana ou da vontade soberana.

Precisamos observar, Srs. Senadores, o tamanho do mal que estamos permitindo que aconteça. Sim, esse é o papel do Parlamento, e é papel, sobretudo, deste Senado da República, a Casa da maturidade, fazer justamente essa reflexão. Temos o dever constitucional fundamental de zelar por nossa competência legislativa sob pena de se subverter a vontade da Nação, do povo brasileiro, que nos elegeu para essa missão.

O processo legislativo, por mais custoso que seja, representa justamente o amadurecimento das ideias nos debates e nos embates. Nada se vota no Parlamento sem reflexão, sem acordo. Aqui, diferentemente do que está acontecendo no Supremo – e isso lá é natural –, não prevalece a vontade individual, porque a feitura das leis sempre é uma construção coletiva.

Assim, ao se defender as prerrogativas do Legislativo, não estamos defendendo somente o Poder, estamos fazendo a defesa da democracia e, por conseguinte, do dono do poder, que é o povo. "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Se o Parlamento se calar, se se omitir e não denunciar o tamanho mal que o ativismo judicial está causando à República, nós seremos, sim, culpados, porque a nós foi dado pelo povo brasileiro o dever de não somente exercer a função legislativa, mas preservar também essa competência.

Por isso, considero fundamental discutir esse tema não focado apenas em um episódio, mas no conjunto de práticas do mesmo tipo, reiteradas e repetidas ao longo dos anos, agravadas agora com a criação de tipo penal.

A última do Supremo Tribunal Federal. Letra taxativa da Constituição Federal a disciplinar o modelo da legística: não há crime sem lei anterior que o defina. É o texto literal da Constituição, mas a Suprema Corte, nesse afã legislativo, sem prerrogativa para tal, ignora o texto, a literalidade do Texto Constitucional para criar um tipo penal.

As decisões ativistas, decisões verdadeiramente inconstitucionais, são bem conhecidas de todos nós. O Brasil tem assistido a esses episódios lamentáveis. E, olhem, Srs. Senadores, que muitas vozes têm surgido do próprio Judiciário condenando a invasão de competência feita pelo Supremo.



A jovem magistrada mineira Ludmila Lins Grilo proferiu recente palestra sobre esse tema, apresentando um verdadeiro histórico das decisões ativistas do Supremo, apontando especialmente o caráter ideológico das decisões.

Recorro ainda ao brilhante artigo escrito pelo Juiz Federal Roberto Wanderley Nogueira, de Recife, Doutor em Direito, que, sobre o ativismo judicial, destaca:

Uma das mais relevantes pautas da República ultimamente é mesmo o ativismo judicial que vem se praticando, às largas, sobretudo a partir da dicção do Supremo Tribunal Federal em matérias ordinariamente reservadas ao poder constituinte derivado. As incursões, por vezes, se atrevem a adjudicar o próprio poder constituinte originário.

Não se trata, portanto, de um exercício claramente autorizado, a exemplo da ação regulatória a que se determina o STF quando chamado a fazê-lo em sede de mandado de injunção (artigo 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal) ou no âmbito dos demais tipos de veredito, de jurisdição interpessoal ou constitucionalizada, ou ainda na elaboração de súmulas vinculantes.

Acontece que nenhum juiz tem o direito de, a despeito da imunidade judiciária que predica o seu exercício, conspirar contra a Constituição da República, a qual ele jurou cumprir, velar e fazer cumprir. Com efeito, todo o sistema jurídico sofre abalos, e a República desmorona quando a Suprema Corte, em especial, se descharacteriza como órgão constituído (não constituinte) do Poder Judiciário.

Este é o ponto, Srs. Senadores: o abalo ao sistema jurídico, e a própria República ignorando a histórica tripartição dos Poderes.

Dr. Roberto Wanderley Nogueira diz mais:

O ativismo judicial, nestes termos, se expressa mediante forte carga política, um certo pendor metassistemático se manifesta enfaticamente e se torna mais perceptível do que o emprego previsível da tecnicidade subsuntiva que o exercício jurisdicional, em síntese, deve descrever para realizar sua função institucional clássica.

No limite, o ativismo judicial não encontra pauta sequer na cognição dos objetos, na sua ordem natural, mas na espiritualidade do juiz, para o bem ou para o mal.

[...]

[...] toda manifestação judicial que cria tipo penal à revelia do Congresso, ou aplica lei penal preexistente por extensão analógica e mediante artifícios hermenêuticos que não respondem ao sistema jurídico em vigor é frontalmente contrária ao paradigma constitucional da reserva legal estabelecida como cláusula pétrea na Carta Política de 1988.

O que está a dizer esse magistrado federal? Que nós, Legislativo, estamos limitados pelas cláusulas pétreas, ou seja, não podemos mexer no texto constitucional, nem mesmo mediante o uso de emenda, que, como sabemos, exige todo um rito e um quórum especial para deliberar.

Já o Supremo, Srs. e Srs. Senadores, com seus 11 Ministros, pode decidir de forma frontalmente contrária ao paradigma constitucional da reserva legal, que é cláusula constitucional. Cito novamente esse combativo juiz federal – aspas:

Essa conduta desfuncional, além do mais, pode revelar a ação dirigida a subverter o sistema jurídico com espeque na ordem constitucional expressa da qual juiz algum tem o



poder de negligenciar. Antes o contrário, é seu dever funcional guarnece-lá e aplicá-la incondicionalmente, jamais revogá-la, no todo ou em parte, pela razão de algum contorcionismo interpretativo de ocasião, que, sobre extrapolar os limites formais do que lhe for autorizado pelo ordenamento jurídico, reflete também uma clara conveniência política substitutiva do Poder Constituinte.

À propósito disso, toda falta de consciência, de limites é vício radical, que torna imprestável o agente de Estado quanto ao exercício das atribuições de competência que lhe foram confiadas igualmente. Um tal exercício é, no sentido de Norberto Bobbio, Teoria do Ordenamento Jurídico, antinômico da ordem jurídica e atenta contra a estabilidade das instituições da República, quer a atuação resulte de ignorância técnica, quer prova de motivação decidida nessa mesma direção antinômica da ordem constitucional e legal.

Nesses casos, parece, evidentemente, que ou o sistema jurídico se corrige ou, autopolicamente chamados à razão, os responsáveis pelas variações incompatíveis com a ordem constitucional [e aqui ele cita, inclusive, *impeachment*, procedimentos disciplinares, substituições], reorientando suas decisões atípicas, recursos, decretos legislativos, denúncia internacional, ou se estará desconstruindo a passos largos o Estado de direito sobre o qual a Nação supõe estar submetida – fecha aspas.

Traduzindo, o sistema precisa se autocorrigir, e um dos meios é justamente pela edição de decretos legislativos. No caso, à míngua de uma figura típica na lei dos crimes de responsabilidade, o recurso cabível para fazer cessar a violação constitucional é justamente a via do decreto legislativo.

É por isso, Sr. Presidente, que protocolei o Projeto de Decreto Legislativo 404, de 2019, com a finalidade de sustar os efeitos legislativos da decisão do Supremo no caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade 26 e do Mandado de Injunção 4.733.

Não estou discutindo as questões meritórias envolvendo a decisão, porque, ao contrário do que julgou o Supremo, existem várias proposições em andamento aqui no Legislativo tratando do tema em debate. Assim, nos foros adequados, continuaremos discutindo as questões relacionadas à homofobia ou transfobia.

Não somos a favor de qualquer tipo de violência, preconceito ou discriminação. Os atos de violência tão citados pelo Supremo para criminalizar a homofobia já são prescritos como crime no Código Penal. Afinal, é triste a maior Corte do País utilizar argumentos políticos e ideológicos como razão de decidir e de forma totalmente dissociada da pretensão jurídica examinada. Ora, o Supremo falou em homicídio de homossexuais para justificar a criminalização da homofobia. Por acaso, o art. 121 do Código Penal deixa fora de proteção qualquer cidadão deste País, seja qual for a sua opção sexual? É evidente que não. Mas, como já disse, a questão aqui está acima desse tema individualizado. Nossa preocupação é com o sistema federativo como um todo e com a manutenção da independência e harmonia entre os Poderes.

Não é a primeira vez, aliás, que o Congresso Nacional precisa editar decretos legislativos para sustar efeitos de decisões do Poder Judiciário. Existem vários precedentes. Cito como exemplo o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que teve como finalidade sustar efeitos de decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Naquele caso, o Plenário do TSE havia decidido sobre a redefinição do número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais, o que somente poderia ocorrer mediante lei complementar aprovada pelo Congresso



Nacional. Resultado: o projeto de decreto legislativo foi aprovado por este Senado Federal e transformado no Decreto Legislativo 424, de 2013.

Não ignoro os questionamentos que são feitos sobre o cabimento desse procedimento, mas estou seguro de sua existência, primeiro, porque as vozes discordantes podem vir justamente do Supremo, que se dá o direito de interpretar a Constituição com a largueza político-ideológica ímpar jamais vista na história jurídica deste País; e, segundo, porque o que estamos a fazer atende à letra da Constituição Federal e do Regimento Interno deste Senado, ou seja, não é fruto de mera interpretação extensiva deste Parlamentar. Não podemos, portanto, ficar enredados no limbo dos artifícios argumentativos, mas fazer valer o poder assegurado ao Parlamento não pelo Supremo, mas pela Constituição Federal.

Ademais, Sr. Presidente, como disse na ocasião da votação da CPI da Lava Toga, na Comissão de Constituição e Justiça, não é a instauração de comissão parlamentar de inquérito o caminho adequado a coibir o ativismo judicial. Por isso, minha manifestação naquele sentido. Os colegas da CCJ devem se lembrar, contudo, de que me manifestei contra as atitudes do Supremo que extrapolavam o seu papel constitucional, mas que deveríamos encontrar o caminho adequado para restabelecer a ordem jurídica, o que estou convicto de que seja o projeto de decreto legislativo. Esse é o caminho.

Como disse na justificativa do PDL que apresentei, nenhum poder está acima da Constituição Federal. Mesmo o Supremo está vinculado à Constituição Federal. Os atos e decisões deste Parlamento estão vinculados à Constituição Federal. Os atos e decisões do Poder Executivo estão vinculados à Constituição Federal. A base para o projeto de decreto legislativo é o art. 49, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, que é expresso:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

.....

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.

Fazendo remissão a todo o art. 49 da Carta da República, o Regimento Interno deste Senado prevê como remédio legislativo adequado o manejo do decreto legislativo, como se vê no art. 213:

Art. 213. Os projetos compreendem:

.....

.....

II – projeto de decreto legislativo, referente à matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional.

Não há letra morta ou sem eficácia na Constituição, Sr. Presidente. Assim, se a Carta Maior assegura ao Congresso Nacional o poder-dever de zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes, não é somente contra atos e decisões do Poder Executivo que cabe a edição de decretos legislativos, mas também contra o Judiciário. A dicção constitucional é clara: "zelar pela preservação de sua competência legislativa..."

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em face da atribuição normativa dos outros Poderes". No plural. O Texto Constitucional está escrito no



plural: "atribuição normativa dos outros Poderes". Assim, uma vez que o Supremo decidiu criar tipo penal, tipificar conduta mediante decisão judicial, violou a Constituição Federal, que é expressa ao dizer "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal".

Dessa forma, a sociedade brasileira, seja ela de que segmento for, não pode ficar à mercê de ser apenada criminalmente por qualquer tipo de decisão judicial. Como disse o juiz pernambucano que antes citei, fora da previsão constitucional, todo ativismo é um exercício arbitrário de razões próprias e as suas decisões, efeitos dessa espiritualização que não podem ser tomados como produto de Estado. Para ser bom juiz basta ser escravo das leis.

Concluo citando Montesquieu, que, em seu clássico *O Espírito das Leis*, escreveu:

Após tudo o que dissemos, pareceria normal que a natureza humana se levantasse sem cessar contra o governo despótico. Mas, malgrado o amor dos homens pela liberdade, malgrado seu ódio pela violência, a maioria dos povos estão a ele submetidos. É fácil de entender. Para formar um governo moderado, devem-se combinar os poderes, regulá-los, temperá-los, fazê-los agir, dar, por assim dizer, maior peso a um deles, para colocá-lo em condições de resistir a outro; é uma obra-prima de legislação, que o acaso cria raramente e que raramente se deixa à prudência.

Sr. Presidente, concluo minha fala, minha reflexão na data de hoje conclamando este Senado Federal a refletir sobre o papel constitucional do Parlamento brasileiro, o papel constitucional do Senado da República, a Casa da moderação, a Casa da ponderação, mas tem que ser também a Casa que se faça cumprir, que se faça respeitar a Constituição Federal.

O Supremo tem poder, mas não tem todo o poder. O poder do Supremo é dado pela Constituição Federal. Os limites de poder que vinculam também o Supremo Tribunal Federal estão, todos eles, tratados, definidos na Carta de 1988. É nosso dever zelar pelas prerrogativas do Parlamento brasileiro, Casa de representação dos Estados e da sociedade.

Então, Sr. Presidente, esta é uma reflexão que faço hoje e certamente trarei em novas oportunidades mais observações, mais reflexões. Talvez esta seja uma das maiores crises que nós estamos enfrentando hoje: o desrespeito à tripartição de Poderes, o desrespeito à separação de Poderes, ao Estado democrático de direito. É uma doença perigosa, terminal, que ofende de morte a própria democracia. Nenhuma democracia há de resistir, há de se manter hígida num sistema onde você tem um Judiciário que avoca para si um poder, uma competência que a Constituição não lhe deu. Hoje o tema pode dividir opiniões, mas um ponto deve nos unir – não a questão de mérito que está sendo debatida –; as prerrogativas, as competências. Nós não temos como abrir mão daquilo que é papel do Poder Legislativo – do Poder Legislativo.

Agradeço a V. Exa. pela tolerância na minha fala no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)
– Parabéns a V. Exa.

Passo imediatamente a palavra à nossa querida Senadora Leila, grande representante do DF.

Peço a V. Exa., Marcos Rogério, que assuma a Presidência dos trabalhos.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Rogério.)



O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra a nobre Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discursar.) – Obrigada, Senador Marcos Rogério.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, na semana passada, o Senado Federal aprovou, por 47 votos a 28, o projeto de decreto legislativo que susta o decreto das armas editado pelo Presidente Jair Bolsonaro. Exatamente por isso venho hoje à tribuna do Senado Federal em respeito à população do Distrito Federal, a quem sempre devo explicações, explanar sobre os motivos pelos quais fui um dos 47 votos contrários ao decreto das armas.

Primeiro ponto, Sr. Presidente, que julgo dos mais importantes desse caso, remete às minhas promessas de campanha, quando sobre o assunto sempre deixei muito claro o meu posicionamento contrário às armas, sobretudo à ampliação do porte. Segundo dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação pelo Instituto Sou da Paz, atualmente há 350 mil armas registradas para a defesa pessoal no Brasil e mais de 350 mil para caçadores, atiradores e colecionadores.

O decreto do Governo Federal inclui dentre as pessoas autorizadas a comprar armas – vou citar alguns – políticos, agentes penitenciários e de trânsito, advogados, jornalistas que trabalhem na cobertura policial, caminhoneiros e residentes em áreas rurais, o que indica que o número de pessoas aptas a comprar uma arma ultrapassaria mais de 20 milhões de pessoas.

Sr. Presidente, como mulher e mãe, tenho a convicção de que o mundo com mais armas e mais pessoas armadas representa um ambiente com mais balas, mais tiros e inevitavelmente mais mortes. Pessoalmente, sou e sempre fui contra armar as pessoas, mesmo os cidadãos de bem.

Até porque isso me leva ao segundo ponto que sustenta meu voto contrário ao decreto presidencial. Não posso aceitar a aparente transferência de responsabilidade pela segurança pública e pelo combate à violência, que é do Estado, para o cidadão comum, como parece ser o caso. Ora, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, ninguém seria louco aqui de negar a situação crônica que vive a violência no nosso País. O problema é vender a ilusão de que a solução da questão, que, repito, é responsabilidade do Estado, passa por armar as pessoas.

Na realidade, há evidências que demonstram o contrário. Muitas armas legais acabam nas mãos dos bandidos. Por exemplo, em 2014, a Polícia Federal emitiu 36 mil registros de novas armas; porém, 10 mil armas registradas, ou seja, um terço desse total, foram roubadas ou furtadas. Além disso, há números que demonstram que nos casos em que pessoas de bem armadas reagiram a assaltos, elas ampliaram as chances de se tornarem vítimas de tiros, por vezes dados pela sua própria arma.

Certamente por isso, o ex-Secretário de Segurança Pública aqui do Distrito Federal Arthur Trindade – nós dividimos o trabalho no mesmo Governo, o Governo anterior – tem argumentado sobre o decreto. E eu achei muito interessante a ponderação dele. O número de armas extraviadas deve aumentar. Há uma grande ilusão de que armas que existem na mão de criminosos são ilegais, mas quase todas foram adquiridas de forma lícita e mais adiante foram extraídas, passando para a mão de grupos criminosos.

Entre outras palavras, embora eu possa até reconhecer que, para algumas pessoas, a ampliação do porte de arma gera uma sensação de segurança, eu insisto que a responsabilidade e a solução da crise da violência no nosso País não podem passar por armar cidadãos comuns, o que, a meu juízo, trará muito mais violência.



Na campanha eleitoral que redundou em minha eleição como a primeira mulher Senadora pelo Distrito Federal, além da pauta relacionada à segurança pública, apresentei à população de Brasília, como prioridade do meu mandato, a proteção aos direitos e à vida das mulheres. E essa questão de armar a população tem influência direta nos números de feminicídio, que nos têm assombrado. Há poucas semanas, quero relembrar a população de Brasília que está me assistindo agora pela TV Senado, um policial civil casado, pai de família, adentrou as instalações da Secretaria de Educação aqui do Distrito Federal e assassinou a sangue frio a sua namorada, suicidando-se em seguida. Isso tem umas três semanas.

Há duas agora, um outro caso que também chocou o País, aqui em Brasília, um sargento aposentado da Aeronáutica, teoricamente preparado, tecnicamente e emocionalmente preparado, um sargento aposentado da Aeronáutica, apenas desconfiado de que sua esposa teria um caso amoroso com o vizinho, que inconsistentemente relatou que tinha um relacionamento homoafetivo, tirou a vida de sua companheira e do vizinho na frente do então namorado, movido apenas pela desconfiança.

Considerando todos esses casos que são milhares espalhados pelo País, a pergunta que não quer calar: com a liberação das armas nas residências, V. Exas. que estão presentes e todos que nos assistem aqui imaginam que aumentariam ou diminuiriam os índices de violência contra as mulheres que redundariam em feminicídio? Eu pergunto a vocês: o que vocês acham numa casa, num ambiente tenso no que redundariam essas questões do feminicídio nos mais diversos lares que a gente vem presenciado ultimamente no nosso País?

O terceiro ponto que também justifica meu voto contrário ao decreto de armas refere-se à inadequação jurídica e política da iniciativa, tanto pela exorbitância legislativa do tema ao ser tratado através de um decreto presidencial quanto que a forma adequada de uma proposição seria tramitar pelo Congresso Nacional. Isso tudo foi desconsiderado, demonstrado para o Parlamento brasileiro que é importante esse diálogo, e está sendo negado esse debate aqui dentro, porque esse assunto é muito importante para o nosso País. Então, foi-nos negado dentro do Parlamento esse debate.

Vale lembrar que uma pesquisa do Ibope realizada em março, após o primeiro decreto do Presidente Jair Bolsonaro, que flexibilizou a posse de arma, dizia que 73% dos entrevistados eram contrários à flexibilização do porte para cidadãos comuns e 26% eram favoráveis. Em relação à posse de armas, 61% eram contrários a mais facilidade para possuírem arma em casa e 37% eram favoráveis. Assuntos dessa relevância, Sr. Presidente, e polêmicos obrigatoriamente devem ser debatidos de forma aprofundada nas duas Casas, e esse decreto, esse tema não foi debatido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, reconheço que há alguns problemas em relação à posse de armas no nosso País, especialmente no caso dos produtores rurais e demais pessoas que vivem em locais ermos e que têm encontrado grande dificuldade por parte da Polícia Federal na autorização da posse, porém entendo que esse problema pode ser solucionado sem a necessidade desse decreto, basta que o Ministério da Justiça, a quem a Polícia Federal está subordinada, adote novos critérios para essa autorização. Também reconheço problemas para os atletas de tiro que enfrentam limitações de calibre e burocracia excessiva para praticarem, porém novamente, sobre esse decreto presidencial, eu declaro, mais uma vez, que não é a única solução.

Mas não se trata disso, trata-se de muito mais: trata-se de armar muitas categorias, muitos profissionais e, portanto, muitas pessoas, Sr. Presidente, mais de 20 milhões; trata-se de ampliar



de forma expressiva o número de armas e munições no nosso País, o que, a meu ver, resultaria em mais violência e mais morte.

Repto: como mãe, como mulher e como alguém que defende a paz, não é possível concordar com mais armas no nosso País. Por isso, mantendo-me coerente com as minhas posições de sempre em relação às armas, externadas de forma clara ao longo da minha caminhada eleitoral, votei favoravelmente ao projeto de decreto legislativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que pretende revogar o decreto de armas. Espero que a Câmara dos Deputados mantenha o mesmo caminho.

Continuando a falar sobre proteção à vida, Srs. Senadores, devo dizer que, nas primeiras semanas do meu mandato nesta Casa, eu recebi um grupo de lideranças da cidade de Brazlândia, que é uma cidade daqui do Distrito Federal, situada a 39km do centro da Capital. Essas lideranças trouxeram para mim uma reivindicação justa, necessária e de máxima urgência: trata-se da duplicação da BR-080, que liga Taguatinga a Brazlândia, seguindo até Padre Bernardo, no Estado de Goiás, estrada sinuosa, estreita e malconservada, onde centenas de vidas têm sido ceifadas.

Os números são alarmantes. Somente neste ano, foram 81 acidentes, com 30 mortes, entre as quais, na última sexta-feira, a do ex-Deputado Juarez Carlos de Lima Oliveira, o Juarezão, importante liderança política brasiliense, que, na última legislatura, chegou a ocupar a chefia do Poder Legislativo distrital.

Estive ontem em Brazlândia, nos eventos fúnebres, e pude sentir, além da dor dos familiares e dos amigos pela perda de uma pessoa tão querida, um amigo de partido, a insatisfação e a tristeza da comunidade pela negligência e inoperância dos Governos distrital e federal, que se sucedem e não encaram a resolução desse grave problema.

Desde que recebi as lideranças em meu gabinete pedindo que levantasse a bandeira da duplicação da 080, já estive com o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, tratando desse assunto. Este sugeriu que mantivéssemos contato com o seu Secretário de Transporte e Mobilidade, Valter Casimiro, que foi Ministro dos Transportes do último Governo e que comparecerá nesta semana, na próxima quinta, ao meu gabinete para tratarmos do tema em questão.

Determinei também à minha assessoria que priorize esse assunto. Esta tem mantido estreito contato com a equipe técnica do Dnit, e tenho visto – essa é a maior constatação – que as informações necessitam de um certo alinhamento. Documentos datados do dia 27 de março em curso, assinados pelo Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Projetos do Dnit, Sr. Rodrigo Portal de Matos, em resposta à solicitação do Prefeito Comunitário Alexandre Gusmão, informa que, após busca no arquivo técnico e consultas às coordenações vinculadas à Coordenadoria-Geral, não foram localizados projetos aprovados, bem como não existem projetos em andamento do trecho em questão. Salienta também, nesse mesmo documento, que se encontra em elaboração, sem previsão para conclusão, o termo de referência para licitar contratação de projeto para duplicação, adequação, implementação e restauração da rodovia BR-080, do segmento do km 0 ao km 40.

Há poucos dias, recebi, em meu gabinete, o Coordenador-Geral de Planejamento e Programação de Investimentos, o Sr. André de Oliveira Nunes, que trouxe as seguintes informações: os estudos e a avaliação de impacto ambiental estão prontos, foram iniciados em



2017 e concluídos no ano passado, carecendo detalhamento do projeto básico e a realização dos projetos executivos para a realização da licitação.

Disse também que os projetos têm custo estimado de R\$14 milhões, sendo necessário, para o segundo semestre deste ano, apenas R\$5 milhões, e o restante do orçamento para 2020.

Como mencionei anteriormente, essa luta já dura, pasmem, mais de 15 anos. Entra governo, sai governo e o problema continua lá, intacto, com a negligência e a irresponsabilidade dos governantes ceifando preciosas vidas! E eu pergunto: até quando permitiremos que essa tragédia continue? Nós fomos eleitos para dar resposta a essas perguntas, que me angustiam diariamente.

Não quero aqui, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, população que nos assiste pelos meios de comunicação, trazer problemas sem apresentar soluções de como encará-los e resolvê-los.

Entendo que há recursos, seja por dotação orçamentária, seja por emendas individuais ou de bancada. O que falta, sinceramente, é vontade política, o que falta é sentarem frente a frente, os responsáveis pelo tema, e decidirem já, encaminhando com celeridade a solução dessa grave situação.

Nesse sentido, conclamo todos os integrantes da Bancada do Distrito Federal no Senado e na Câmara dos Deputados, por meio de nosso coordenador e Vice-Líder do Governo, Senador Izalci Lucas, para que marquemos uma audiência com o Senhor Presidente Jair Bolsonaro, convidando, para esse encontro, o Ministro da Infraestrutura, o Diretor-Geral do Dnit, o Governador do Distrito Federal, o Secretário de Estado de Transporte e Mobilidade e uma comissão, que é importante, da população de Brazlândia e daquela entorno ali para estar junto conosco nesse diálogo, para, com clareza, termos determinação e união de esforços, para que seja dada uma solução a esse problema, que já se arrasta há quase duas décadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência cumprimenta V. Exa. pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje da tribuna do Senado.

Convido V. Exa., Senadora Leila, para assumir a Presidência dos trabalhos e passo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, do Podemos, do Paraná.

Registro a presença em Plenário de representantes do Centro Olímpico e Paralímpico de Samambaia. Bem-vindos ao Senado Federal na tarde de hoje.

Registro também a presença das advogadas de Rondônia, Dra. Patrícia Partelli Rigotti e Dra. Lisa Pedot Faris. Todos são bem-vindos ao Senado Federal.

Senador Alvaro Dias, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Senadora Leila, nossos visitantes, é uma honra recebê-los aqui na nossa galeria de visitantes nesta segunda-feira. Costumeiramente, a segunda-feira – isso para os nossos visitantes – é um dia apenas de pronunciamentos, as deliberações começam na terça, na quarta e na quinta-feira. Por isso, justifica-se o Plenário vazio na segunda-feira.

Hoje, venho a esta tribuna para dar prosseguimento ao tema que tem sido recorrente e que coloco sempre como o grande desafio das autoridades brasileiras, especialmente do Poder Executivo: a crise econômica que se aprofunda e certamente na esteira de uma dívida pública que cresce de forma assustadora.



Como tenho apresentado números, muitos números, fui até o Ministério da Economia usando esse expediente do acesso à informação, da Lei de Acesso à Informação, e requeri informações sobre os números da dívida pública brasileira, especialmente. E vou apresentá-los aqui. As respostas que obtive do Ministério da Economia – agradeço ao Ministro Paulo Guedes e à sua equipe pela pronta resposta ao nosso requerimento – são números que confirmam a nossa narrativa sobre dívida pública e sobre os desafios a serem enfrentados pelo Governo do País diante desse quadro de deterioração que estamos vivendo no País.

Falar da situação econômica do Brasil hoje é uma tarefa complexa, visto que tantas coisas equivocadas foram feitas nos últimos anos que não cabem em uma retrospectiva rápida, como o tempo de um pronunciamento na tribuna. Todavia, uma análise dos números relacionados ao aumento da carga tributária e do endividamento do Estado deixam evidente que o resultado que hoje enfrentamos é fruto de uma incompetência administrativa absurda que se consagrou nos últimos mandatos.

De 1998 até 2006, os governos usaram o aumento da carga tributária para cobrir o excesso de gastos. Nesse período, a carga tributária saiu de 26% do PIB e chegou a 33,6% do PIB. Estou me referindo ao ano de 2007. Portanto, para tapar os buracos abertos pela incompetência administrativa ou pela corrupção, os governos colocavam a mão grande no bolso dos contribuintes brasileiros, aumentando a carga tributária de forma exorbitante. Em 2007, a carga tributária bateu no teto. Não era mais possível aumentar impostos, e os governos, a partir daí, de 2007 a 2018, patrocinaram o endividamento para cobrir o excesso de gastos e políticas econômicas equivocadas, ou seja, para tapar os buracos abertos pela incompetência e pela corrupção. Nesse período, a dívida bruta saiu de R\$1,367 trilhão, ou seja, 56,2% do PIB, e chegou a R\$5,479 trilhões, ou seja, 78,8% do PIB, em abril de 2019.

E o que foi feito com esse dinheiro? Há países que se endividaram. Grandes nações do primeiro mundo também administraram enormes dívidas. No entanto, o endividamento daquelas nações se constituiu em investimentos produtivos que ofereceram retorno à sociedade.

E, aqui no Brasil, o que foi feito com esse dinheiro? No Brasil, esse dinheiro engordou as estatísticas financeiras, as estatísticas econômicas do sistema financeiro. O que ficou para os brasileiros, além de dívida para pagar e a obrigação de sacrificar os domingos para saírem às ruas em defesa da decência na Administração Pública e da punição daqueles que devastaram o Brasil com práticas de corrupção sistematizada? Olhando bem ao redor, nada aconteceu. Os investimentos não se apresentaram. O Governo jogou bilhões pela janela.

Recentemente, eu fiz esse pedido de informações ao Ministério da Economia, buscando as informações mais detalhadas sobre a dívida bruta do Governo. As informações só reforçam o que já sabíamos e o que foi identificado pelo Tribunal de Contas da União, na auditoria que realizou também a nosso pedido: despesas monumentais e falta de transparência nos mecanismos de gestão da dívida.

De acordo com dados do Banco Central, de 1999 até 2018, a dívida bruta do Governo custou aos brasileiros 5,361 trilhões, em pagamento de juros. Prestem atenção: eu estou dizendo que a dívida bruta do Brasil alcançou 5,479 trilhões, agora em abril de 2019. Pois bem, neste período de 1999 a 2018, o Brasil pagou R\$5,361 trilhões de juros da dívida. Portanto, com os juros pagos, com a dívida paga até aqui, nós não reduzimos o valor da dívida; ao contrário, a dívida aumentou de forma fantasmagórica, assustadora.



Esses juros ou foram pagos em espécie ou convertidos em aumento do montante da dívida, por meio de emissão de mais títulos da dívida para pagá-los. Como os governos nas últimas décadas praticaram uma política de juros elevadíssimos, não conseguiram superávit primário suficiente para pagar a totalidade dos juros que a dívida cobra ao ano. Por exemplo, este ano o déficit nominal, somando-se o déficit primário, é de R\$517 bilhões. Soma-se o déficit primário mais os juros pagos da rolagem da dívida e nós temos R\$517 bilhões de déficit nominal.

Para que tenham uma ideia da importância do valor desse déficit nominal, basta citar que o Governo coloca a reforma da previdência como o próximo milagre, porque ela teria o objetivo de alcançar uma economia para o Governo de R\$1 trilhão em dez anos – R\$1 trilhão em dez anos.

Pois bem, em dois anos, o déficit nominal engoliria este R\$1 trilhão economizado em dez anos. Veja a gravidade do endividamento no nosso País!

Como os Governos praticaram uma política de juros elevadíssimos, eu disse, o superávit primário para pagar a totalidade dos juros que a dívida cobra ao ano também se eleva. Assim, já de longa data, essa dívida ganhou vida própria, aumenta significativamente todo ano apenas com a incorporação de juros não pagos.

Considerando o custo da dívida pública do Brasil, que, segundo informações do Ministério da Economia, é de 9,79% ao ano, a dívida de R\$5,479 trilhões deverá, para 2019, cobrar juros de aproximadamente R\$536 bilhões – portanto, só no ano de 2019.

Uma fonte de dispêndio monumental é a manutenção das reservas internacionais, apresentadas ao público como reserva financeira que o Brasil possui. Diferentemente da poupança que o brasileiro constrói, pegando o que consegue economizar e depositando em uma conta para dela se socorrer quando por algum motivo precisar, as reservas internacionais de que o Brasil dispõe têm outra natureza.

O Governo não tinha esse dinheiro para construir reserva, emitiu títulos, pegou dinheiro emprestado e o reservou para emergência. Entretanto, paga juros elevadíssimos para manter essa reserva. De 2000 até 2018, o Governo gastou R\$773 bilhões em juros para manter essa reserva. Eu estou apresentando números que busquei no Ministério da Economia. São números oficiais.

Fica a pergunta: é um bom negócio manter uma reserva com esse custo? Qual o tamanho ideal dessa reserva? O estoque de reservas internacionais atingiu US\$386,2 bilhões em maio de 2019. Não seria o caso de vender uma parte e amortizar o principal da dívida? Eu falei em dólares aqui. São US\$386,2 bilhões. Multiplicamos por quatro, e vai para um trilhão e mais de trezentos bilhões de reais. Esta é a reserva.

Não bastasse esse volume gigantesco de juros pagos na manutenção da dívida pública, a equalização das taxas de juros decorrentes da política econômica de aportes adicionais do Tesouro para o BNDES – como estamos denunciando desde 2007 – já custou aos brasileiros, de 2009 a 2018, R\$249 bilhões e, até 2040, mais R\$40 bilhões estão estimados.

Fala-se muito sobre o déficit primário após 2014, que é grande e precisa ser debelado. Todavia, é o déficit nominal, que, embora seja menos comentado pela imprensa, é o que de fato assusta.

Esse déficit nominal, que acompanha as contas públicas nas últimas décadas, rompeu a barreira dos R\$100 bilhões ao ano em 2009, atingiu R\$600 bilhões em 2015 e fechou 2018 acima de R\$480 bilhões. Eu disse há pouco que, neste ano, será de R\$517 bilhões. É a previsão: R\$517 bilhões o déficit nominal neste ano de 2019.



Com esses números como resultados, fica difícil não criticar severamente a política monetária do Banco Central do Brasil nas últimas décadas.

O mercado financeiro tem remuneração elevada e segura oferecida pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, com suas operações compromissadas. Nesse cenário, o mercado de crédito foi totalmente desestabilizado pela política de juros altos. Nas últimas décadas, o grande negócio no Brasil foi emprestar dinheiro para o Governo financiar sua dívida pública e não produzir bens de engenharia.

Se, por um lado, o mercado financeiro se beneficia dos juros elevados, no mercado de títulos da dívida pública, por outro, exploram livremente e sem limites o mercado de crédito aos brasileiros.

Na página do Banco Central, encontramos relatórios sobre as taxas de juros praticadas por diversas instituições financeiras. No caso do cartão de crédito rotativo, as taxas vão de 51% ao ano até 715% ao ano. Para o cheque especial, as taxas de juros vão de 7,78% ao ano até 520% ao ano. Para o cartão de crédito parcelado, os juros vão de 43% até 632% ao ano, pasmem os senhores.

Recentemente, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo divulgou pesquisa informando que o percentual de famílias endividadas alcançou 62,7% em abril. Mais de 62% dos brasileiros estão endividados. Apurou também que o cartão de crédito foi apontado por 77,6% dos entrevistados como a principal fonte de dívida. Na sequência, aparecem os carnês (15,3%) e financiamento de carro (10%).

Nós estamos repetindo aqui, constantemente, a comparação que fazemos da política praticada pelo Governo brasileiro, por intermédio do Banco Central, com outros países, como Portugal e Espanha. Em Portugal, o banco central define a taxa de juros para o próximo trimestre, oferecendo a possibilidade de utilizar o cartão de crédito em conformidade com as suas possibilidades. Então, a taxa de juros em Portugal para o cartão de crédito rotativo neste ano é de 16%. Lá na Espanha, duas ações anularam operações realizadas pelo banco Santander, porque atingiu 24% de taxa de juros do cartão de crédito rotativo.

Aqui, no Brasil, nós já apresentamos aqui os números, que chegam a ser estratosféricos: 632,9% ao ano. Com os juros estratosféricos cobrados pelos bancos instalados no Brasil, muito dificilmente uma pessoa com essa modalidade de dívida conseguirá sanear suas dívidas no curto prazo. O endividamento, certamente, se prolongará.

Nesse caso, fica a dúvida: quando o Banco Central, exercendo seu papel fiscalizador, realizou uma auditoria nas metodologias utilizadas pelos bancos que calcularam seus custos com o crédito que definiram seus respectivos *spreads*? O Banco Central já realizou essa auditoria? Não se sabe. Provavelmente, não. Quando isso ocorreu? Não sabemos. Provavelmente, não ocorreu. Quais bancos foram auditados? Certamente, nenhum.

Encaminharei, na sequência, um pedido de informações ao Banco Central para obter essas respostas.

A Administração Pública Federal precisa de mudanças urgentes. É preciso refundar o Brasil com uma abordagem enérgica de instituição...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... de políticas econômicas pró-mercado e de combate ao crime organizado. Continuar tolerante com uma política econômica errática que, pelos resultados que entregou, já demonstra que foi



equivocada durante as últimas décadas, não ajudará muito. Continuar tolerante com o crime organizado, como ocorreu nas últimas décadas, também não ajudará. Continuar ineficiente na aplicação do dinheiro público não é patrocinar mudança.

De fato, a pauta que interessa ao Brasil é a construção de um ambiente econômico que prestigie o setor produtivo, a adoção de uma política criminal que desorganize o crime organizado e a realização de uma gestão pública que aproveite bem e adequadamente cada centavo que os brasileiros direcionam ao Governo por meio dos impostos, pagos, muitas vezes, sem poder pagar.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a V. Exa.

E, certamente, este assunto estará na pauta de todos os dias, porque este é o tema crucial para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Marcos Rogério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Leila Barros, Suplente de Secretário.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada pelas palavras, nobre Senador, mestre, Alvaro Dias.

Bom, eu vou passar a palavra agora ao Líder Telmário Mota, do Partido PROS, de Roraima, e passo a Presidência desta sessão para o amigo Marcos do Val.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Marcos do Val, do Espírito Santo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores e telespectadoras da TV Senado...

Sr. Presidente, V. Exa. fez um belíssimo trabalho de proteção daquilo que o Presidente assumiu em praça pública perante a população brasileira. Hoje, se alguém trouxer dados – "ah, a pesquisa tal fez isso, a pesquisa fez aquilo" –, nós sabemos que essas pesquisas sofrem, lamentavelmente, profunda manipulação. Eu acho que a pesquisa verdadeira é aquela que quando tu vais às ruas e diz para o povo: "Olha, se você votar em mim, eu vou fazer isso", o povo, então, vai votar em você. Pronto! O povo aprovou a tua proposta.

E o Presidente Jair Bolsonaro baixou o decreto que ampliou o porte e a posse das armas, ampliou, mas com muito zelo. O cidadão comum para poder tirar o porte de uma arma passa por um crivo: não pode ter nenhum processo, passa por exame psicotécnico, uma série de coisas. Então, isso foi preservado, mas ampliou a chance da legítima defesa. O Estado não é onipresente, ele não está na sua residência, na minha, nem da população como um todo. E a população, nós, principalmente os pais de família e as mães de família, temos o direito de proteger a nossa própria vida, que é o bem maior, a vida da nossa família e o nosso patrimônio.

Lamentavelmente, nós sofremos, perdemos uma batalha, mas eu acredito na vitória da guerra. Eu sei que a população brasileira ficou maciçamente decepcionada, triste, triste. Eu recebo, nas redes sociais, as mais diversas manifestações. Às vezes, muitos deles, até menos informados, dizem assim: "Senador, o senhor votou contra". E depois a gente prova, e eles dizem: "Ah, não! Então, o senhor acompanhou a população brasileira".

Eu digo isso pautado em fatos, fatos. No meu Estado, quando você podia ter arma, a posse, o porte de arma, a violência era quase zero, criminalidade quase zero. Dormia-se de portas e janelas abertas. Veio o desarmamento. O meu Estado, consequentemente, é a quinta vez que é destacado como o Estado mais violento do País. Então, eu sempre aprendi desde cedo que contra fatos não há argumentos. São fatos, são fatos estatísticos. Esses são reais. Lamentavelmente, são reais.



Portanto, eu entendo, sim, que a população brasileira... Antes de você desarmar a população, tem que desarmar o bandido. E o bandido não tem critério, porque ele compra de forma clandestina.

Nós também não temos recursos humanos suficientes para proteger a nossa fronteira, a larga fronteira que temos. Nem sequer as embarcações nos rios, no mar, etc. Então, é impossível, humanamente, o Estado desarmar os bandidos. Portanto, o Estado não pode impedir a família de se proteger.

Quero aqui fazer este registro, porque sei que V. Exa. se debruçou, com muita responsabilidade, porque não poderia cair em melhores mãos, porque V. Exa. é um homem preparado, faz treinamento, é estudioso dessa área, treina nossos policiais. V. Exa. conhece com maestria esse assunto. Não só pela manifestação popular, pelo meu entendimento e pelo compromisso do Presidente, mas pela relatoria de V. Exa., o meu voto acompanhou V. Exa.

Senador, um aparte.

(Interrupção do som.)

O Sr. Zequinha Marinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para apartear.) – ... importante, porque o Congresso Nacional tem obrigação de dar ao País, à sociedade a regulamentação de qualquer tema que possa envolver a vida do cidadão. E esse é um tema que envolve diretamente a vida do cidadão.

Eu entendi que o Governo não está mandando ninguém comprar arma, não está determinando a ninguém comprar absolutamente nenhum tipo de arma. Eu, por exemplo, nunca usei, não tenho pretensão de usar. A minha cultura não envolve arma. Mas quem desejar e necessitar precisa ter uma legislação que lhe dê condições de fazer aquilo que deseja, não é?

Então é muito importante fazer uma reflexão sobre isso, porque quando nasci e abri meus olhos, no sertão, no interior da região norte do Estado de Goiás, todo mundo usava arma. Era um fazendeirinho ali, um produtor rural menor ou maior acolá. E ninguém conhecia violência, ninguém se matava, não tínhamos problemas. Mas tínhamos um pouco mais, com certeza, de respeito do que se tem pela vida hoje.

Então, não é a regulamentação de um tema relevante para a sociedade que vai obrigar essa sociedade a ser ou não ser mais violenta. Nós temos países onde é liberada a compra, a aquisição de armas, e a violência não chega nem perto da que é no Brasil. Desarmar o cidadão é muito fácil. Agora, tomar a arma do bandido ou impedir que o bandido compre arma clandestina, sei lá de onde vem, isso é mais difícil.

Então, nós precisamos trabalhar de uma forma que, se não pode permitir ao cidadão que adquira a sua arma, impedir que o bandido também adquira com tanta facilidade a arma que detona com todo mundo. Nós temos um problema muito sério na zona rural deste País, principalmente o Estado do Pará, a Região Norte, enfim, o seu Estado de Roraima. E, se o bandido sabe que você está literalmente desarmado, ele com certeza lhe fará uma presa com muito mais facilidade, com muito mais tranquilidade. Nós temos histórias horríveis, no interior do nosso Estado, de fazendas produtivas que são invadidas por homens encapuzados, verdadeiros assaltantes, que tomam conta da propriedade, que correm atrás do dono, correm atrás do vaqueiro, espancam todo mundo, botam fogo. E o dono e todo mundo que ali trabalha ficam simplesmente impedidos de fazer qualquer tipo de coisa, no mínimo de se defender, defender as suas crianças, as suas esposas, diante da fragilidade que há.

Então, parabéns pelo pronunciamento, pela reflexão que faz sobre o assunto.



O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Só agradecendo ao Senador Zequinha: muito obrigado.

O Senador Zequinha tem um ponto de vista com relação à vida dele, mas ele respeita a necessidade daqueles que precisam se proteger, até porque ele vem de um Estado em que a área rural tem muita violência, que é o Pará. E eu, Senador, moro, no meu Estado, a 30km da cidade, moro na área rural. Não tenho segurança, não tenho motorista. Nunca tive. Fui Vereador, fui Senador. Nunca tive nem vou ter. Agora, para defender a minha vida, a vida da minha família e o meu patrimônio, eu mordo até com o céu da boca. Então, não vou jamais dar chance para bandido. Na minha casa, eu tenho arma para defender a minha vida, a minha legítima defesa e o meu patrimônio.

Com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Digníssimo Senador Telmário, amigo pessoal, complementando a questão da votação que nós tivemos aqui, em que infelizmente o Senado optou pela queda do decreto, naquele momento aflorado, as emoções estavam falando mais do que a razão.

Eu trafego nessa área há muitos anos, como o senhor colocou com muita propriedade. E não é a pesquisa, como você falou, que te dá a certeza de que caminho nós temos que seguir, referente a esse assunto, porque a gente sente isso na rua. A gente percebe as pessoas abordando, pedindo para que essa pauta seja importante, porque é importante para a proteção dela e da família, tanto é que nós tivemos agora, após a decisão do Senado, uma movimentação nas redes sociais e nas ruas muito forte. Infelizmente, alguns Senadores não puderam nem estar em eventos comemorativos nas suas cidades por conta disso. Isso é triste. Mas, assim como você colocou, eu estou aqui representando os capixabas que me colocaram aqui, me deram essa honra de representá-los. E eu tenho que escutá-los, eu tenho que entender o que eles querem. Eu não posso estar aqui determinando as coisas que são boas para o meu mandato, mas, sim, para o meu Estado.

Uma pergunta que eu fiz no dia, até complementando a fala do nosso amigo Senador: não existe em nenhum lugar no mundo uma lei que tenha conseguido desarmar os criminosos, porque, se existe em algum lugar do planeta uma lei que conseguiu fazer isso, eu posso até mudar de conceito e tentar implementar no Brasil, mas não existe. Em todos os países em que eu já rodei no mundo, não existe. Criminoso é criminoso, porque não obedece à lei e ponto. Então, esse é o problema.

O cidadão que segue a lei, que teme a lei, que tem medo da lei, que sabe que tem que seguir à risca é um... Para a gente que tem arma... Eu também tenho posse e porte. Eu poderia muito bem dizer assim: para mim, eu já tenho o meu porte mesmo, não é? Mas a gente sabe que, para até quem tem porte, há lei que nos rege. Eu não posso estar num local público fechado com aglomeração de pessoas, porque eu posso ser preso; eu não posso beber bebida alcoólica armado, porque eu posso ser preso, perder o porte e ter a minha ficha suja. Então, há alguns comportamentos que ainda regem as pessoas que têm o porte. Aquela ideia de que quem tem porte vai estar na rua atirando, em briga de trânsito...

Para você ter o porte, como você mesmo falou com muita propriedade, Senador, não é fácil, mesmo com o estatuto. Você tem que apresentar para o delegado as razões pelas quais você quer essa arma, você tem que ter mais de 25 anos, emprego fixo, residência fixa, passar pelo teste de



tiro, que é muito difícil, passar pelo teste psicológico para ver se você é uma pessoa com temperamento problemático, você tem que ainda mostrar a efetiva necessidade para que o delegado, depois disso, mesmo com o decreto, possa avaliar e te dar a permissão ou não do porte.

Então, essa sensação que a sociedade teve de que as armas vão ser vendidas em todas as esquinas e que todo mundo pode pegar sua arma e andar foi, eu chamo, uma falácia. Com o decreto, ninguém vai ver isso. Não vai acontecer isso porque, na regra, simplesmente o decreto só discriminou as pessoas que hoje podem ter a posse e o porte.

Para não comer o seu tempo, se eu puder vou até acrescentá-lo, porque senão você vai ficar até penalizado pelas nossas abordagens.

Muita gente fala que, nos Estados Unidos, é muito fácil falar que lá todo mundo anda armado porque é um país civilizado, lá a lei é rígida. Mas nós temos aqui o nosso vizinho Paraguai.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E o Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – O Uruguai.

Quer dizer, todo mundo tem sua arma, sua posse e seu porte, e não é um país...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Com baixo índice de crime.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – De criminalidade.

Quer dizer, é o nosso vizinho. Até então a gente também tem um preconceito...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – País em desenvolvimento igual ao nosso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em desenvolvimento, com vários problemas sociais, exatamente isso.

Então, outros comentam que a questão das pessoas desequilibradas que entram em locais atirando lá nos Estados Unidos é que é violência. Não dá nem para comparar o que acontece uma vez por ano...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Se V. Exa. pegar a quantidade de pessoas que tem arma para a quantidade de pessoas que praticam aquilo, é 0,000, que nem estatisticamente serve.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Exatamente. Tanto é, complementando essa sua fala, que esses fatos só acontecem porque são locais em que são proibidas pessoas armadas. Então, o atirador o que pensa? "É para lá que eu vou, há um número grande de pessoas na escola, ninguém pode estar armado porque é proibido, mesmo quem tem porte, e é lá que eu vou me fazer porque ninguém vai conseguir me impedir."

Outra pergunta que eu fiz, complementando isso que o senhor falou... Eu cheguei para a Polícia Federal perguntando se eles tinham alguns dados de quantas pessoas receberam porte durante todo o Estatuto do Desarmamento e quantas que receberam esse porte se envolveram em crime. Eles não conseguem nem ter a estatística que é quase zero, como você falou é 0,0000. Então, as pessoas que têm o porte, assim como eu, para se envolver em crime é muito raro.



Volto a palavra ao senhor. Agradeço o apoio. Eu acho que nós perdemos a batalha, não nós Senadores, mas a sociedade que deseja proteger a sua vida. Mas a gente continua nessa luta para dar isso que eles tanto desejam, que é, pelo menos, proteger a própria vida e a vida da família.

Deixe-me acrescentar aqui, porque eu peguei muito do seu tempo. Desculpa, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Nada.

Obrigado, Senador Marcos do Val.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Presidente, eu venho à tribuna hoje para mais uma vez tratar da questão energética do Estado de Roraima.

Uma de minhas principais missões nesta Casa, como Senador, é a de equacionar, em definitivo, o apagão no meu Estado.

Como é do conhecimento de todos, Roraima é o único ente federativo não conectado ao Sistema Interligado Nacional de energia. Somos dependentes, por um lado, de uma energia instável da Venezuela e, por outro, de termoelétricas que fornecem uma energia cara, de péssima qualidade e que, para piorar, polui muito o nosso ar.

Vendo e sentindo na pele o sofrimento da nossa população, sobretudo, Sr. Presidente, no comércio e na indústria que amargam constantes prejuízos pela instabilidade da energia, é que venho tomando constantes medidas em favor da retomada da obra do Linhão de Tucuruí. A passagem do linhão representa a solução definitiva para o Estado de Roraima. Além de trazer a energia de que tanto necessitamos, seu estabelecimento nos faria sentir um legítimo ente federativo.

Por que até hoje Roraima ainda precisa passar por tanta dificuldade?

No trajeto Manaus-Boa Vista, por onde irá passar o Linhão de Tucuruí, existe a reserva indígena waimiri atroari. Por determinação legal, esta comunidade indígena deve ser ouvida e consultada sobre as obras em seu território demarcado. Ocorre, Sr. Presidente, que esta consulta já se arrasta por muitos anos em diferentes Governos, tanto estadual como federal, sem que haja um resultado positivo e tampouco concreto na direção de início das obras.

Assim sendo, assim que assumi este mandato em 2015, representei administrativamente contra a Funai, não contra os indígenas, para que as devidas consultas aos waimiris atroaris fossem realizadas e se autorizassem as obras do Linhão de Tucuruí.

No mês seguinte, conseguimos duas grandes vitórias para o Estado de Roraima com a então Presidente Dilma Rousseff. Havíamos impedido, por meio de decreto, a criação do Parque do Lavrado, que representava um grande retrocesso à atividade econômica do Estado, uma vez que a atividade agropecuária atualmente é pequena devido às grandes áreas de proteção ambiental e reservas indígenas.

Sr. Presidente, conseguimos também autorização do Ibama para a construção do Linhão de Tucuruí, o que já representava um grande salto para esta empreitada. No entanto, o Ministério Público Federal do Amazonas, que tem luz em abundância, impetrhou ação alegando que havia ausência das consultas prévias aos indígenas.

Ocorre, Sr. Presidente, que, até junho de 2014, o Ibama já havia realizado quatro consultas públicas abertas às comunidades afetadas pela implantação do linhão em cidades do Amazonas e de Roraima.



Porém, o Ministério Público entendeu que essas consultas não foram realizadas de acordo com o protocolo elaborado pelo povo waimiri-atroari, não tendo validade como consulta prévia, livre e informada.

No dia 27 de fevereiro deste ano, em decisão acertada deste Governo, o Conselho de Defesa Nacional – órgão que reúne o Presidente da República, os Presidentes da Câmara, do Senado e do STF, além de ministros e dos chefes das Forças Armadas – declarou que o Linhão de Tucuruí é um empreendimento de infraestrutura de interesse da política de defesa nacional.

Na justificativa do Conselho de Defesa Nacional para tal decisão, Srs. Senadores, os interesses dos povos indígenas, que carecem de consulta prévia, não podem se sobrepor aos interesses nacionais e soberanos, principalmente pelo fato de Roraima estar localizada em região geoestratégica, uma vez que faz fronteira com dois países e ainda amarga este atraso em sua infraestrutura energética.

Certamente, Sr. Presidente, balizado por esta decisão do Conselho de Defesa Nacional, pela necessidade urgente do Estado de Roraima e pelo histórico de obtenção de autorização de licença do IBAMA, na última semana, a 5^a Turma do Tribunal Regional Federal da 1^a Região votou contra a anulação do leilão do linhão e também votou pela validade da licença prévia.

Contudo, e infelizmente, esta vitória ainda não autoriza o início da obra do Linhão de Tucuruí.

Como não houve resultado unânime na apreciação dos processos na 5^a Turma, o julgamento ainda vai continuar, dessa vez com cinco desembargadores, para que o Tribunal aponte uma conclusão sobre o caso. Ou seja, além de todo o impasse com os indígenas e de obtenção das licenças, a questão está judicializada e, ao que tudo indica, haverá a necessidade de novas consultas que já se arrastam há quase uma década.

Desta forma, a obra do Linhão de Tucuruí, diferentemente do que foi veiculado na imprensa, ainda passará por um novo julgamento e, dependendo do resultado do julgamento, carecerá de novas consultas, representando, de forma prática, mais demora para o efetivo início do empreendimento, infelizmente.

Por isso, informo que buscarei, junto ao Governo Federal, caso o resultado do julgamento se mostre negativo ao Estado de Roraima – que Deus o livre! –, uma solução mais célere para o caso, pois Roraima não aguenta mais ficar na escuridão, no apagão, e pagar pela energia mais cara do País sem ter direito a uma energia de qualidade.

Não vou permitir mais esse retrocesso, tendo em vista o adiantado das tratativas para esta obra tão importante para Roraima.

E aí, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Exa. e dos demais membros desta Casa, quero aqui fazer um alerta ao Ministro das Minas e Energia e ao Presidente Jair Bolsonaro.

Presidente, eu sei que o País é muito grande, eu sei que os problemas são vários, mas Roraima é uma prioridade. Nossa povo está sofrendo muito: é apagão todos os dias, a toda hora e a todo instante. Pior, Sr. Presidente, apesar da medida tomada, que merece os meus aplausos... Vamos ver.

Acredite se quiser: as lideranças dos índios waimiri-atroari ainda não receberam o Plano Ambiental Básico, o PAB, documento inicial para que as obras começem a ser discutidas com aquela comunidade. Portanto, a Funai, apesar de recheada de gente boa – é verdade – que há ali, há uns ambientalistas, uns membros de ONGs que são um verdadeiro freio de mão no desenvolvimento brasileiro. Aqueles freios de mão que trabalham na Funai jogam contra o Brasil,



devem ter os seus bolsos abastecidos pelo capital internacional, que não quer ver um ente federativo do Brasil, o Estado de Roraima – o mais rico, o maior estoque de riqueza natural *per capita* do mundo –, se tornar o Estado mais rico do País. Essas aves de rapina, Sr. Presidente, devem ser varridas da Funai e deixar Roraima crescer e se desenvolver.

Obrigado a todos.

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, a Sra. Leila Barros, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos do Val, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado, Senador Telmário, pelas palavras, representando o Estado de Roraima, que tive o prazer de conhecer. Já estive lá duas ou três vezes.

Agora quero convidar para a palavra o DD. Senador Zequinha Marinho. Depois, segue o Senador Eduardo Girão e, em seguida, o Senador Paulo Rocha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para fazer alguns registros, e o primeiro diz respeito a um grande prejuízo que estamos vivenciando na região sul do Estado do Pará, Município de Ourilândia do Norte.

Temos ali projeto de níquel em plena exploração, que se chama Onça Puma – projeto da Vale, grande mineradora do Brasil –, e, lamentavelmente, há uns que trabalham a favor e outros, contra. Algumas organizações não governamentais começaram a criar uma situação dizendo que resíduos químicos do projeto estariam trazendo problema de doença, problemas de, digamos assim, má formação congênita em índios e em algumas pessoas dali, coisa que nunca aconteceu, de que não se tem registro e nunca se viu. Mas colocaram na Justiça uma ação contando uma história inexistente. E o resultado de tudo isso é que a Justiça está dando sempre pareceres a favor. E é um projeto da maior importância para aquela região, um projeto que emprega centenas de pessoas e que movimenta a economia, a que a gente chama de PA-279, que são aqueles Municípios ao longo de Xinguara, Água Azul, Ourilândia, Tucumã e São Félix do Xingu.

É praticamente inacreditável se ver uma situação daquela. É um investimento enorme, novo, recente, funcionando já, e a Justiça dá ganho de causa a uma situação que não merece a menor atenção, quanto mais a credibilidade de um parecer que mande encerrar as atividades de uma indústria em pleno funcionamento. Eu fico estarrecido. É lamentável.

Eu quero aqui me congratular com toda aquela população de Ourilândia, Tucumã, com toda a PA-279, por tudo que está acontecendo. Isso está rolando aqui na Justiça e estamos pedindo, mais uma vez, uma audiência com o Presidente do STF, Ministro Dias Toffoli, para nos receber, juntamente com o Prefeito de Ourilândia e a representação da Bancada Federal do Pará, para que a gente possa continuar um diálogo no sentido de tentar fazer com que isso não avance mais, porque a empresa já jogou a toalha, tamanha é a luta judicial.

Agora, pense bem. Em cima de uma inverdade, se causa um prejuízo não só à Vale, por tudo que investiu para a construção do projeto, mas também e principalmente à economia da região e, de uma forma direta e específica, dos Municípios de Ourilândia e de Tucumã.

Era esse o primeiro registro, Presidente.

Segundo, eu gostaria de aqui cumprimentar alguns amigos que visitam, neste momento, o Congresso Nacional. São empresários de Minas Gerais que estão prospectando negócios lá no



Estado do Pará. É o empresário Paulo Cayres, o empresário Alexandre Torres. Também cumprimento o empresário Samuel, que já está ali no Pará por algum tempo, e o grande amigo, o grande irmão, ex-Deputado Estadual Cláudio Almeida. Eles estão conosco, nesses dias aqui, trabalhando hoje e amanhã uma legislação para o setor mineral de forma – digamos assim – mais prática, porque a gente convive, neste momento, com muita dificuldade.

Presidente, no dia 18 de junho, quarta-feira passada, não houve sessão aqui, no Plenário, em função da vinda do Ministro Sergio Moro à Comissão de Constituição e Justiça. Para lá se moveram todos os Senadores e não houve sessão plenária na Casa, naquela data.

Mas o dia 18 de junho para nós, do Estado do Pará, principalmente cristãos assembleianos, é uma data muito interessante. Naquela data completamos ali e festejamos os 108 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Senador Paulo Rocha, que V. Exa. conhece muito bem.

Foi uma grande festa, inclusive com a presença do Presidente da República, com a presença de boa parte da bancada evangélica aqui do Congresso Nacional, em seguida com a presença do Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara. Enfim, foi uma semana muito movimentada.

A Assembleia de Deus nasceu ali em Belém do Pará. Em 1910, chegaram os nossos missionários suecos, com muita dificuldade, com muita luta. Hoje é um grande trabalho, mas já passamos por difíceis momentos. Momentos de perseguição, momentos de todo tipo de luta, mas a semente que Deus abençoa e faz plantar ninguém segura. Hoje é uma grande obra, espalhada pelo Brasil e pelo mundo. Graças a Deus.

Só ali no Estado do Pará – e eu tive um tempinho de pedir a minha assessoria para me ajudar aqui –, nós temos muitos ministérios das Assembleias de Deus ali instalados. A convenção mais antiga, a primeira convenção regional do Brasil, que é a Comieadepa, tem aí quase cem anos de existência. Atualmente, comandada pelo nosso querido Pr. Gilberto Marques de Souza. Essa é a maior e a principal convenção regional ligada à CGADB.

Depois, nós temos a convenção da igreja mãe, a CIMADB, comandada pelo Pr. Eurípedes, lá da capital. Temos também duas convenções do ministério de Madureira, muito conhecido Brasil afora, da Região Sul e Sudeste, comandada pelo Pr. Ibanês; da Região Norte, comandada pelo Pr. Viana, que formam ali um grande grupo, e a gente tem o maior carinho por todos eles.

De igual forma, o ministério de Anápolis, com sede nacional aqui em Anápolis, mas nos Estados com as suas convenções regionais – uma no Sul e Sudeste, porque o Pará é muito grande, é um território gigantesco, e outra convenção na Região Norte. Na Região Norte, é comandada pelo Pr. Manoel Jerônimo Filho, um grande líder; na Região Sul, é comandada pelo Pr. Elizeu Andrade.

Nós temos outra grande convenção também, que se firmou e cresce por todo o Estado do Pará, que é a Convenção do Seta, Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia, fundada ainda na década de 70, para atender a região do sul do Pará, sul do Tocantins e Estado de Goiás naquela época. Hoje é uma convenção eminentemente paraense e é chamada Convenção Interestadual do Seta, Ciadseta, comandada pelo nosso grande e antigo líder, Pr. Possidônio Martins Reis.

Além dessas, podemos também aqui registrar outras mais, como a Assembleia de Deus do Brasil, uma outra convenção que tem sede nacional, mas está lá no Estado do Pará, também crescendo bastante; e registrar também a presença da convenção daqui de Brasília, da Igreja Assembleia de Deus Missão, Pr. Orcival, que lá no Estado do Pará é comandada pelo Pastor Tugval Farias Gomes, grande líder, que ali trabalha muito também.



Uma outra convenção é Cadeeso, que é a Convenção da Assembleia de Deus no Estado do Espírito Santo, que também abriu um grande trabalho lá e é comandada pelo Pr. Dagoberto Araújo Dias; a Ceadema, que também está lá, é uma convenção aqui do Estado do Maranhão ou do sul do Maranhão, é comandada lá no Pará pelo Pr. Djane Bezerra.

As outras convenções, como, por exemplo, temos aqui a Cimadmube, que é comandada pelo Pr. João Alves Filho, é a convenção de igrejas e ministros da Assembleia de Deus do Utinga – Utinga é um bairro de Belém –, convenção nova, mas que está se firmando; então, tornou-se uma igreja, uma grande árvore, com muitos ramos, uma árvore frondosa.

Saudamos não só nossa liderança no Estado ali, todo mundo trabalhando, e trabalhando muito. A igreja não é financiada por ninguém. A igreja é financiada pelos seus próprios membros, através das suas contribuições, e ali começa-se um trabalho e coloca-se empenho, coração, alma, e ali vai, e Deus tem abençoado, e o Pará hoje passa dos 3 milhões de evangélicos, naquele Estado; numa população de 8,5 milhões, 3 milhões, pelo IBGE, já são evangélicos no Estado do Pará. Estamos crescendo.

Minha saudação por esses 108 anos a cada um – não só às grandes lideranças, mas àqueles que lutam lá embaixo, abrindo trabalhos, se dedicando, passando necessidades, vivendo pela fé, como diz a própria Palavra de Deus. Então, nossa saudação.

Terminando o nosso registro, Presidente, eu gostaria de mencionar duas dessas convenções. A do Seta, do Sul e Sudeste do Pará e Norte do Mato Grosso, que avança muito naquela direção, estará em assembleia-geral agora nos dias 27 a 30, na cidade de Redenção, no Sul do Pará. Teremos ali a presença de lideranças de todo o Estado do Pará, como também o pessoal que vem do Norte do Mato Grosso; nos dias 27 a 30 em Redenção, comandados e coordenados pelo nosso querido líder, o Pr. Joás Possidônio, e toda a diretoria do Seta.

Na mesma data do mesmo período, nós teremos na Comieadepa, comandados pelo Pr. Gilberto Marques, na cidade de Marabá. Serão ali recepcionados pelo nosso querido líder Pr. Sales Batista – grande cidade de Marabá, um grande trabalho. Então, teremos neste fim de semana, numa região bem próxima, dois grandes eventos ligados à Assembleia de Deus, e lembrando todo mundo de 108 anos atrás, com tanta dificuldade, com tanta luta – nossos fundadores, Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren –, que aqui chegaram, para semear a semente mais preciosa, a semente do Evangelho, que, graças a Deus, tem prosperado não só no Estado do Pará, mas no Brasil e no mundo.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Zequinha Marinho, o Sr. Marcos do Val, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Zequinha Marinho, pelas suas palavras.

Eu tive a oportunidade de ir ao Pará algumas vezes na minha vida. Inclusive digo isso feliz em estar aqui ao lado de dois paraenses: um, agora, que acabou de ocupar a tribuna, Senador Zequinha Marinho, e outro que vai ocupar a tribuna aqui também, do outro lado, que é o Senador Paulo Rocha.

Enquanto ouvia o discurso de V. Exa., eu estava refletindo aqui: o que seria do Brasil se não fossem as igrejas? O trabalho social que é feito é um trabalho profundo, um trabalho redentor, e o



Brasil tem muito que reconhecer, legitimar, e, mais do que isso, precisa ajudar o trabalho das igrejas.

Eu estive no Estado de vocês algumas vezes e, inclusive, vi como as religiões se relacionam muito bem lá, todas as profissões de fé. É um Estado, realmente, muito abençoado.

Você acabou de falar, Senador – permita-me chamá-lo assim – Zequinha Marinho, são 3 milhões de evangélicos lá. Foi o local escolhido pelos missionários para fincar bem as bases da Assembleia de Deus, que faz um trabalho bacana. Eu até passei ali na frente da sede.

Há também o Círio de Nazaré, que acontece e é de emocionar. É algo, assim, que toca profundamente a alma e o coração aquelas milhões de pessoas que todos os anos se mobilizam no Círio de Nazaré. Quem já teve a oportunidade de ir não tem palavras para dizer da emoção lá em Belém do Pará.

E há também os espíritas. Eu até conheço algumas pessoas, lideranças espíritas de lá, como a Odília Milhomens, e é impressionante como todos se relacionam muito bem, em uma convivência harmônica. São trabalhos grandiosos tanto os da Igreja Católica, quanto dos evangelhos, quanto dos espíritas, trabalhando pelo bem e pela caridade. Esse é um caminho importante.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra, agora, para o Senador Paulo Rocha, do PT do Pará.

Fique à vontade, Paulo, para usar o seu tempo necessário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Quero saudar a todos e a todas que estão nos acompanhando hoje, em plena segunda-feira, em nossa atividade no Senado Federal.

Quero saudar o nosso Presidente. Presidente, você foi duas vezes ao Pará?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Na minha vida, foram umas cinco ou seis vezes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Cinco vezes. E você gostou tanto... Imagine, se você for mais vezes lá, você vai conhecer a força não só da fé, como você identificou, mas a força de um povo que luta numa terra tão rica e que quer exatamente resolver seus problemas de diferenças. Lá mesmo dentro do nosso Estado, há diferenças entre as regiões, entre os grandes e os pequenos, entre os ricos e os pobres. Essa é uma grande luta.

Essa fé, como diz o dito popular, move montanhas. Estamos sempre dedicados para que move a justiça, a paz, a dignidade do nosso povo e da nossa gente. Vá sempre lá, levar também essa sua energia de otimismo dos cearenses, de todo o seu povo.

Eu queria também me agregar ao Senador Zequinha Marinho em homenagem aos nossos evangélicos, à Assembleia de Deus. Também queria homenageá-la, ser solidário ao pronunciamento do Zequinha Marinho. É verdade toda a importância que eles têm lá no nosso Estado, quer seja na questão da religiosidade do nosso povo, quer seja em alguns setores importantes para a força da organização social, da luta de um povo.

Mas, Sr. Presidente, hoje eu quero falar do momento político e do momento que nós estamos vivendo hoje no nosso País. O adiamento da audiência, do julgamento do *habeas corpus* do Presidente Lula, no STF, traz uma nova situação, de grande gravidade, para o quadro político nacional. É inaceitável o adiamento, diante de tantas mentiras que o ex-Juiz Sergio Moro proferiu agora, como Ministro do atual Governo, nesta Casa, em audiência na Comissão de Constituição e



Justiça na semana passada. Inverdades, mentiras desmascaradas uma a uma, confirmam o conluio entre o Juiz e o Procurador para condenar sem provas o Presidente Lula.

Naquele momento da audiência, ele foi questionado por tudo. Eu me lembro que eu questionei os métodos que o então Juiz Moro usa no processo. E é fundamental o nosso povo entender que ninguém se postou ali contra qualquer investigação e qualquer processo, ou operação, que se contraponha à corrupção do nosso País.

É verdade que há corrupção no nosso País, na Petrobras. É verdade que tinha ou tem; mas o que se questionava ali eram exatamente os métodos do Ministro Moro, que vêm de uma concepção, e eu vou resumir no voto que ele professou através da Juíza Weber, naquele momento quando julgava o famoso julgamento que a grande imprensa personificou como a questão do mensalão, que na verdade era caixa 2, no processo ali. Eu inclusive fui um dos acusados. Ali, para o Juiz, cumprindo um papel de assessor do Supremo Tribunal Federal, é da lavra dele este voto, através da Ministra Rosa Weber: não há nos autos nenhuma prova que condene o Sr. José Dirceu, mas as partituras, a legislação, as publicações me autorizam a condenar o réu José Dirceu como chefe de quadrilha.

É este o método: condena sem prova nos autos. Condena-se por convicção, como foi o caso do Presidente Lula.

O Supremo Tribunal Federal não pode negar ao Presidente Lula um julgamento justo! Não pode e não deve repetir o Juiz Sergio Moro, nas mãos de quem Lula não teve um julgamento justo.

Feitas essas considerações, trago aqui a carta que o Presidente Lula enviou ao ex-Chanceler Celso Amorim, um dos coordenadores da luta internacional em defesa de sua liberdade, em que ele fala sobre o julgamento do seu *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal que estava marcado para amanhã, terça-feira, mas a notícia e a decisão da 2ª Turma, principalmente a partir da sua Presidenta chamada Cármem, Ministra do Supremo Tribunal, que já foi Presidente do Supremo e que, aliás, teve uma postura de manobras, inclusive na época do julgamento do Lula e de suas investigações, manobras claras em relação a adiamento, manobras na pauta, etc. Mais uma vez a Presidenta Cármem Lúcia manobra o julgamento de amanhã, adiando-o de novo.

Diz a carta do companheiro Lula:

Querido amigo, [querida amiga,] a cada dia fico mais preocupado com o que está acontecendo em nosso Brasil. As notícias que recebo são de desemprego, crise nas escolas e hospitais, [nas universidades], a redução [no orçamento de políticas públicas importantes, que a sociedade brasileira já tinha conquistado] [...] programas que ajudam o povo [e o que foi sempre uma luta minha, de combate à fome, de novo, pelas notícias que estão sendo colocadas, a fome volta à casa dos mais pobres de nosso País], [...]. Sei que estão entregando as riquezas do País aos estrangeiros, [o caso do pré-sal e de políticas de privatização] [...] o que nossa gente construiu com tanto sacrifício. Traindo [inclusive] a soberania nacional [coisa cara para nós, e que nós havíamos conquistado em nosso País].

Com o processo de governos democráticos e populares, nós havíamos recuperado, inclusive, nossas relações internacionais. Na medida em que nós ajudamos a criar o G20 e os Brics, nós estabelecemos uma altivez a partir da nossa riqueza e da nossa importância perante a economia mundial. Nós havíamos resgatado a soberania do nosso País, inclusive perante os nossos devedores, articulados com o FMI.



É difícil manter a esperança numa situação como essa, mas o brasileiro não desiste nunca, não é verdade?.

Está aí o povo na rua reagindo e brigando contra os cortes nas universidades, a nossa juventude volta a ser ativa de novo para, primeiro, resgatar a dignidade, a cidadania e a soberania do nosso País através do resgate da nossa democracia. Quanto custou para a gente construir essa democracia no nosso País?

Não perco a fé no nosso povo, o que me ajuda a não fraquejar na prisão injusta em que estou faz mais de um ano. Você deve lembrar que no dia 7 de abril de 2018, ao me despedir dos companheiros em São Bernardo, falei que estava cumprindo a decisão do juiz, mas certo de que minha inocência ainda seria reconhecida. E que seria [um dia] anulada a farsa [que foi] montada para me prender sem ter cometido [algum] crime. Continuo acreditando.

Todos os dias acordo pensando que estou mais perto da libertação, porque o meu caso não tem mistério. É só ler as provas que os advogados reuniram: que o tal tríplex nunca foi meu, nem de fato nem de direito, e que nem na construção nem na reforma entrou dinheiro de contratos com a Petrobras. São fatos que o próprio Sergio Moro reconheceu quando teve de responder o recurso da defesa.

É só analisar o processo com imparcialidade para ver que o Moro estava decidido a me condenar antes mesmo de receber a denúncia dos procuradores. Ele mandou invadir minha casa e me levar à força para depor sem nunca ter me intimado [para depor]. Mandou grampear meus telefonemas, da minha mulher, [dos] meus filhos e até dos meus advogados, o que é gravíssimo numa democracia. Dirigia os interrogatórios, como se fosse o meu acusador, e não deixava a defesa fazer perguntas. Era um juiz que tinha lado, o lado da acusação.

A denúncia contra mim era tão falsa e inconsistente que, para me condenar, o Moro mudou as acusações feitas pelos promotores. Me acusaram de ter recebido um imóvel em troca de favor, mas, como viram que não era meu, ele me condenou dizendo que foi “atribuído” a mim. Me acusaram de ter feito atos para beneficiar uma empresa. Mas nunca houve ato nenhum e aí ele me condenou por “atos indeterminados”. Isso não existe na lei nem no direito, só na cabeça de quem queria condenar de qualquer jeito.

A parcialidade dele se confirmou até pelo que fez depois de me condenar e prender. Em julho do ano passado, quando um desembargador do TRF-4 mandou me soltar, o Moro interrompeu as férias para acionar outro desembargador, amigo dele, que anulou a decisão. Em setembro, ele fez de tudo para proibir que eu desse uma entrevista. Pensei que fosse pura mesquinharia, mas entendi a razão quando ele divulgou, na véspera da eleição, um depoimento do Palocci que de tão falso nem serviu para o processo. O que o Moro queria era prejudicar nosso candidato e ajudar o dele.

Se alguém ainda tinha dúvida sobre de que lado o juiz sempre esteve e qual era o motivo de me perseguir, a dúvida acabou quando ele aceitou ser ministro da Justiça do Bolsonaro. E toda a verdade ficou clara: fui acusado, julgado e condenado sem provas para não disputar as eleições. Essa era única forma do candidato dele vencer.

A Constituição e a lei determinam que um processo é nulo se o juiz não for imparcial e independente. Se o juiz tem interesse pessoal ou político num caso, se tem amizade ou



inimizado com a pessoa a ser julgada, ele tem de se declarar suspeito e impedido. É o que fazem os magistrados honestos, de caráter. Mas o Moro, não. Ele sempre recusou se declarar impedido no meu caso, apesar de todas as evidências de que era meu inimigo político.

Meus advogados recorreram ao Supremo Tribunal Federal, para que eu tenha finalmente um processo e um julgamento justos, o que nunca tive nas mãos [...] [do Sr.] Sergio Moro. Muita gente poderosa, no Brasil e até de outros países, quer impedir essa decisão, ou continuar adiando, o que dá no mesmo para quem está preso injustamente.

Alguns dizem que, ao anular meu processo, estarão anulando todas as decisões da Lava Jato, o que é uma grande mentira pois na Justiça cada caso é um caso. Também tentam confundir, dizendo que meu caso só poderia ser julgado depois de uma investigação sobre as mensagens entre Moro e os procuradores que estão sendo reveladas nos últimos dias. Acontece que nós entramos com a ação em novembro do ano passado, muito antes dos jornalistas do Intercept divulgarem essas notícias. Já apresentamos provas suficientes de que o juiz é suspeito e não foi imparcial.

Tudo que espero, caro amigo, [cara amiga], é que a justiça finalmente seja feita. Tudo o que quero é ter direito a um julgamento justo, por um juiz imparcial, para poder demonstrar com fatos que sou inocente de tudo o que me acusaram. Quero ser julgado dentro do processo legal, com base em provas, e não em convicções. Quero ser julgado pelas leis do meu país, e não pelas manchetes dos jornais.

A pergunta que faço todos os dias aqui onde estou é uma só: por que tanto medo da verdade? A resposta não interessa apenas a mim, mas a todos que esperam por Justiça.

Quero me despedir dizendo até breve, meu amigo, [minha amiga]. Até o dia da verdade libertadora. Um grande abraço do Lula.

Sr. Presidente, queria registrar esta carta do Presidente Lula, que se considera injustamente julgado, condenado e preso, e que nós, aqui de fora, do seu partido, companheiros de luta e de história, estamos aqui empenhados não só na sua libertação, mas como também na recuperação da democracia no nosso País. Essa consequência que está aí, essa consequência que está aí – e aí todos estão aqui presentes –, o golpe contra a Presidenta Dilma, o golpe na democracia levou esse Governo que está aí a levar o nosso País a esta situação, uma situação de desemprego, o PIB está caindo pela 17ª vez, cortando os nossos orçamentos, principalmente para as conquistas de políticas públicas, para as universidades, para...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... programas importantes que levaram ao nosso pobre do interior: Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos; Bolsa Família, Mais Médicos. E levou a essa situação, num Estado policial, num Estado com um Presidente que leva o nosso País a servir de chacota internacional. E eles, combinados, estão vendendo as nossas riquezas para, de novo, os americanos, como o pré-sal, que custou muita dedicação das nossas pesquisas, dos nossos pesquisadores.

O Brasil voltou à cobiça internacional por causa das nossas riquezas, por causa das nossas descobertas. Não interessa mais aos Estados Unidos a guerra lá na Arábia, que custa muito caro para eles controlarem os poços, o petróleo da região da Arábia Saudita. Agora, não custou nada para eles, não gastaram uma bala para levar o nosso pré-sal. Produto do quê? Desse processo de



recuperar o poder político para eles para colocarem esses que estão aí no Poder a serviço dos seus interesses internacionais. É por isso que estão fazendo essas reformas. A previdenciária é acabar com a previdência pública para poder entregar aos banqueiros, porque gera mais lucros para os banqueiros, a tal da capitalização.

Por isso, venho aqui há algum tempo: vamos repercutir esse debate e vamos provar para o nosso povo! A Globo já está recuando. A grande imprensa já está recuando, porque eles usaram o método de criminalizar a política, misturado com a moralização e com a submissão dos interesses internacionais. Está aí a que eles levaram o nosso País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu peço a V. Exa., se puder, que assuma a Presidência, para eu poder proferir o meu discurso, que será breve.

Agradeço a visita de todos vocês que estão aqui visitando a nossa Casa. O Senado é a Casa de vocês. Não recebi a informação de onde vocês são ainda.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – De Salvador, Teresina, Manaus, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Brasília, Paraná.

Olha só! Mas vocês combinaram de virem os Estados todos, juntos? Mas é uma honra, uma alegria toda vez que eu vejo aqui, nos corredores, pessoas de caravanas de vários Estados do Brasil conhecendo o Senado Federal, a Câmara dos Deputados. Isso é muito importante.

Eu aprendi, neste final de semana, assistindo a um documentário sobre o Bob Kennedy, ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos que foi assassinado, ele dizendo que – eu não sabia disso –, no grego, a palavra idiota são aquelas pessoas que não gostam de política. Olha só! Eu não sabia disso. V. Exa. sabia, Senador Paulo?

Então, eu vejo cada vez mais brasileiros – eu fico feliz e esperançoso – gostando de política aqui no Brasil. E é assim que vamos mudar as coisas e oxigenar, com gente nova, gente jovem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Independentemente de qualquer posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Independentemente de qualquer posição, como foi bem lembrado aqui pelo Senador Paulo Rocha, que acabou de fazer um discurso com serenidade e tranquilidade, embora eu discorde de alguns pontos de vista dele. Olha que interessante, a democracia é isto: é você ouvir, é você dialogar.

E nós estamos hoje, Senador Paulo Rocha, num momento preocupante de intolerância muito grande. O Brasil foi separado em governos. Não adianta a gente falar que governo foi, a gente tem que olhar para frente. Mas o fato é que o Brasil foi separado em ricos contra pobres; trabalhadores contra empreendedores; esquerda contra a direita; brancos contra negros. Isso não pode acontecer! Nós somos irmãos, todos irmãos, filhos do mesmo Deus. Temos que dialogar, que buscar um caminho em conjunto. Este País dando certo, vai dar certo para todo mundo.

Então, muito obrigado pela visita de vocês! Venham sempre aqui! Colaborem e acompanhem os seus Senadores, acompanhem os seus Parlamentares, cobrem. É muito importante esse acompanhamento de todos vocês.



(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Vou passar a Presidência agora para o Senador Paulo Rocha.

(O Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sejam bem-vindos todos que vêm nos visitar! Serão bem recebidos. Aqui é a Casa mãe da democracia.

Dando continuidade ao nosso pronunciamento, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, nosso bravo Senador.

Tem a palavra V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... pelo tempo que V. Exa. precisar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar.) – Eu lhe agradeço a gentileza de ficar um pouco, mesmo com outros compromissos. Mas, para encerrarmos esta sessão, precisávamos de um Presidente e V. Exa. teve essa boa vontade de ficar mais um pouco para me ouvir e presidir esta sessão. Eu agradeço, de coração, a sua sensibilidade.

Por falar em democracia, eu acredito, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, funcionários aqui da Casa, sempre muito comprometidos com os trabalhos, que a democracia, para o País dar certo, para as instituições funcionarem, precisa, cada vez mais, fortalecer as suas instituições. Cada vez mais, não pode, em nenhum milímetro, retroceder, sob pena de neutralizar pessoas, profissionais, servidores públicos que querem trabalhar pelo Brasil, pelo bem do Brasil e especialmente contra essa chaga – porque é uma chaga terrível – que é a corrupção.

É a corrupção que faz faltar lá na ponta, nos hospitais, nas escolas, na falta de habitação. Ela tira esse oxigênio, ela vai sufocando o País aos poucos. E não é de hoje, não é de hoje, que o Brasil vem sendo asfixiado pela corrupção em muitas esferas. Mas nós tivemos avanços. Ultimamente, no meu ponto de vista, respeitando quem pensa diferente, nós tivemos grandes avanços no combate à corrupção no Brasil, que tem um efeito pedagógico para gerações e gerações dos nossos filhos e netos.

Eu fico imaginando, com esse trabalho, por exemplo, que a força-tarefa da Lava Jato vem desenvolvendo no País, o quanto está inspirando novos juízes, novos promotores que enveredam agora, jovens, pela carreira da magistratura; o quanto está inspirando para eles sequenciarem esse trabalho pelo bem do seu País.

E eu venho a esta tribuna hoje, nesta segunda-feira, numa semana extremamente importante. Numa semana em que nós vamos debater um assunto que pode envolver, que pode culminar com o retrocesso no combate à corrupção. Nós teremos uma votação na CCJ e, depois, no Plenário sobre um projeto que veio da Câmara, que é sobre as dez medidas contra a corrupção e o abuso de autoridade. E é sobre esse assunto que eu venho trazer à sociedade brasileira uma reflexão, um



debate, que tem que ser em curto espaço de tempo porque esse projeto já está pautado. Precisamos refletir sobre as suas possíveis consequências na próxima quarta-feira, a partir da próxima quarta-feira.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a nossa Nação tem convivido com várias crises. Eu posso citar as crises política, econômica, social – 13 milhões de desempregados não é brincadeira; é vergonhoso para um País riquíssimo como o Brasil –, mas, sem medo algum de errar, eu diria que a pior das crises que a gente vive, a mãe de todas as crises, da política, da econômica, da social, é a crise ética, a crise moral que a gente enfrenta.

Ao mesmo tempo que constato essa triste realidade, acredito que estamos vivendo um momento especial no Brasil: um momento de ruptura com práticas nefastas de corrupção e desvios de conduta. Essa perspectiva de um novo Brasil, mais justo, ético, me faz ser um entusiasta desses novos tempos. E eu quero dar um testemunho aqui, Sr. Presidente e ouvintes e telespectadores da comunicação do Senado Federal da República: eu estou aqui hoje graças a esse movimento nas ruas, em que eu vim inspirado, esse movimento em que eu me inspirei de acreditar novamente no Brasil – e com muita força, e cada vez eu acredito mais. A Operação Lava Jato, que eu considero que foi um divisor de águas, o antes e o depois no combate à corrupção do Brasil, é esse grande divisor de águas.

Ao me tornar um Senador da República, eu trouxe comigo várias bandeiras de luta que eu já desenvolvia como cidadão há décadas. Lutas que me movem, ideais, bandeiras, causas em favor da vida desde a concepção, contra as drogas, contra a jogatina – os jogos de azar –, por um controle de armas e também contra a corrupção. Essa prática terrível e silenciosa mata os nossos cidadãos todos os dias nas filas dos hospitais, impede que os nossos jovens possam usufruir de uma melhor educação, reduz investimentos em segurança pública. É, sim, a corrupção faz tudo isso. Faz com que tenhamos menos lazer e cultura. De forma geral, atrapalha diretamente o crescimento de nosso País, como potência que esta Nação deveria ser – e vai ser um dia. Tal realidade deve ser enfrentada a todo custo, sob pena de estarmos impondo ao nosso povo um sofrimento atroz e injusto.

Como uma forma de enfrentar o fantasma da corrupção – essa chaga de que eu falei – e da impunidade no Brasil, o Ministério Público Federal apresentou, em 2015, um projeto que visava a aperfeiçoar o sistema jurídico que trata dessa matéria. Obteve naquela época um amplo apoio popular: mais de 1,7 milhão de assinaturas. Eram aquelas dez medidas contra a corrupção.

Essa valorosa iniciativa – que buscava, entre outras coisas, a prevenção da corrupção, a busca da transparência e proteção à fonte de informação, a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, a responsabilização dos partidos políticos e a criminalização do caixa dois, além da recuperação do lucro derivado do crime – tramitou na Câmara dos Deputados, tendo sido a sua espinha dorsal radicalmente, infelizmente, modificada. Esse projeto, que foi encaminhado ao Senado Federal em 2016, inteiramente desfigurado, voltou à pauta na semana passada, tendo sido incluído na pauta da próxima sessão da CCJ e provavelmente no Plenário, agora, na próxima quarta-feira.

Como já falei, a prática da corrupção é desprezível e repugnante, devendo ser combatida com todas as forças do nosso Estado democrático de direito. Ninguém está acima da lei. Defendo que quem descumprir qualquer princípio normativo, do cidadão mais simples até o empresário mais rico, passando por membros dos Poderes Executivo, Judiciário ou Legislativo, todos devem ser investigados de forma isenta e, se condenados, receber a devida punição.



Exatamente por entender que os crimes contra a administração pública devem ser punidos com todo o rigor é que venho demonstrar a minha preocupação com o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017, que, depois de longo período, voltou à pauta do Senado. Não gosto da ideia de que matéria tão importante como essa seja votada sem um maior aprofundamento nas discussões, mais debates com a sociedade. Em que pese o belíssimo – e, repito, o belíssimo – trabalho do Senador Rodrigo Pacheco, que é Relator da matéria, que, num esforço hercúleo, varou algumas madrugadas para apresentar um relatório consistente, aponto que temas como a responsabilização dos agentes públicos, magistrados e membros do Ministério Público por crime de abuso de autoridade, presente nos arts. 8º e 9º do título III, devem ser melhor debatidos.

O princípio do livre convencimento motivado do juiz no momento em que profere uma decisão, apesar de não lhe permitir que esse venha a decidir ao bel-prazer nos processos que preside, pois tem que estar fundamentado nas provas dos autos, possibilita ao magistrado uma certa autonomia ao se pronunciar sobre o acervo probatório.

Eu temo que, apesar das melhorias apontadas pelo Senador Rodrigo Pacheco, em seu relatório, essa discricionariedade fundamentada do magistrado possa ser tolhida com o que foi anunciado na Lei de Abuso de Autoridade. Tal situação comprometeria a livre valoração da prova por parte do julgador, pois esse, temendo ser incriminado, poderia, constrangido, se omitir no momento da aplicação do melhor Direito.

O raciocínio é o mesmo no que se refere à liberdade da atuação dos membros do Ministério Público. Na verdade, toda persecução penal, desde que respaldada no respeito às normas presentes no arcabouço legal pático, deve ser salvaguardada. E aqui cito, mais uma vez, a Operação Lava Jato a qual não pode, para o bem do Brasil, da nossa Nação, sofrer nenhum retrocesso. Qualquer atentado contra esse princípio elementar deve ser repelido com firmeza.

Nesse momento, reverbero as palavras do Ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, proferidas na demorada sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), quando, de forma muito serena, olho no olho de Senador por Senador, com aquela certeza – pelo menos, para mim, transmitiu – de quem não deve não teme, abro aspas, ele disse: "Acho que esse tema tem que ser tratado de forma muito cuidadosa", ou seja, esse Projeto de Lei nº 27, que vai ser votado aqui na próxima quarta-feira, que veio da Câmara, sobre as medidas de corrupção e o abuso de autoridade. Eu concordo ainda com o Ministro quando fala da necessidade de que haja muita ponderação e debate em cima das provisões desse projeto tão relevante para o Brasil. Entendo que devemos nos aprofundar melhor nesse tema. Eu, por exemplo, apoiarei toda e qualquer iniciativa no sentido de discutirmos melhor essa matéria, inclusive em caso de audiência pública, que eu acredito que vai ocorrer ainda esta semana.

Resta saber se apenas uma audiência pública bastaria. Ao meu ver, com todo o respeito a quem pensa diferente, eu acho que um assunto como esse precisa ter não apenas uma, nem duas, nem três audiências públicas, mas dezenas de audiências públicas para que se tenha uma reflexão profunda e para que não haja retrocessos no combate à corrupção no nosso País e nem o tolher, nem o neutralizar, ou intimidar os agentes públicos que combatem a corrupção. Eles não podem se sentir em nenhum momento tolhidos. Se houver abuso de autoridade, claro, tem que haver punição; mas esse tolhimento me preocupa, até pela omissão que pode ocorrer com a decisão mal debatida, e este tema merece que seja muito debatido.

Por fim, Senador Paulo Rocha, agradecendo a sua paciência, Sras. e Srs. Senadores, nosso telespectador da TV Senado e da Rádio Senado, público aqui presente, nas galerias, funcionários



desta Casa, eu tenho certeza de que podemos, após uma discussão mais aprofundada da presente iniciativa legislativa, melhorar ainda mais o texto apresentado, talvez nos aproximando daquele que foi inicialmente proposto, o qual busca, de forma eficaz, atacar essa chaga – repito, essa chaga, que é a corrupção –, naquela redação, que foi apoiada pelo Ministério Público Federal e por milhões de brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Senador Paulo Rocha, nesta tarde de segunda-feira, desejando a V. Exa., desejando aos funcionários, a todos os telespectadores e ouvintes do sistema de comunicação da TV Senado, desejando aos brasileiros uma semana maravilhosa, uma semana de luz, de paz, de reflexão e de tolerância a quem pensa diferente. É na base do diálogo, e eu tenho aprendido muito isso com V. Exa., Senador Paulo Rocha.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Repito, embora nós possamos divergir em alguns pontos, em algumas visões, eu muito o respeito pela forma humanitária com que o senhor se coloca em muitas questões, pelo respeito que o senhor tem com os Senadores que, muitas vezes, têm um pensamento diametralmente oposto; mas a gente vai construindo caminhos através do diálogo. Isso que é importante, e não ver cenas, como a gente vê em outras casas, de um apontando o dedo para o outro, um colocando a responsabilidade no outro. Isso não leva nada a ninguém. A gente precisa de serenidade. O Brasil precisa de tolerância uns com os outros.

A campanha já passou, nós temos que olhar daqui para frente e buscar juntos o melhor para esta Nação...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... que tem tanto para oferecer para a sua população sofrida, embora aqui sejamos um País, repito, riquíssimo – mas um dia essa desigualdade será resolvida com muita tranquilidade e justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado a todos pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Eduardo Girão, muito oportuno o seu discurso para introduzir no debate, que é atual nesta Casa, essas questões que foram colocadas.

Acho que há uma questão principal para nós, aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, que é resgatar o fortalecimento das nossas instituições e recuperar o papel que está lá na Constituição, tanto do Judiciário, através do Supremo Tribunal, quanto do Parlamento, quanto do Executivo e, inclusive, das Forças Armadas. Só assim a gente vai fazer deste País uma grande Nação.

Queria agradecer a presença de todos aqui que estão nos assistindo e explicar para vocês que, às segundas-feiras, temos uma sessão de debates na qual os Parlamentares, os Senadores são inscritos previamente para estar presente no seu momento de debate. Já passaram por aqui cerca de 18 Parlamentares. Neste momento, cada um tem direito a 20 minutos para se pronunciar, para trazer para dentro da Casa os problemas do seu Estado, os problemas do País, os problemas da sociedade como um todo. É este momento em que nós estamos. Vocês chegaram já no último debate, mas, de qualquer maneira, sejam bem-vindos, pois estão presenciando o trabalho, em plena segunda-feira, do nosso Senado Federal.

O Senador Eduardo Girão é do Ceará, e eu sou o Senador Paulo Rocha, do Pará.



Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 34 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 101^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero deixar registrado o artigo publicado nesta segunda-feira (24), na coluna Notas & Informações, do jornal O Estado de São Paulo, com o título "A vida em tempo de desemprego".

Abre aspas:

A vida em tempo de desemprego

Há 3,3 milhões de trabalhadores há pelo menos dois anos à procura de uma ocupação remunerada. Esse número é 42,4% maior do que o de dois anos antes.

A constatação de que em quase um quarto dos domicílios não há nenhum morador com renda gerada pelo trabalho mostra uma nova dimensão da tragédia social que a persistência da crise econômica torna cada dia mais dramática.

Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constataram que a proporção de domicílios sem renda do trabalho, que já era alta, está crescendo.

Passou de 19% do total no início de 2014 para 22,2% no último trimestre de 2018 e 22,7% no primeiro trimestre deste ano.

Além de ser um dado que causa espanto, pelos dramas familiares que resume, essa informação se acrescenta a outras - como o número de desempregados, subocupados e pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não encontram ocupação, que somam 28,4 milhões de pessoas, ou o tempo cada vez maior que se leva para encontrar emprego – que mostram a severa deterioração do mercado de trabalho.

Para boa parte das pessoas que não têm ocupação adequada, o futuro próximo não é animador, pois as previsões mais otimistas são de que o mercado só começará a melhorar no ano que vem - se tudo caminhar bem.

De que vivem as pessoas abrigadas nesses domicílios se não é com a renda do trabalho? Decerto há entre elas as que formaram poupança suficiente para viver de outras rendas que não as geradas pelo trabalho.

Há também quem viva de pensões e aposentadorias ou de benefícios sociais pagos pelo Estado. Mas a grande maioria enfrenta imensas dificuldades para sobreviver.

"A crise bateu muito forte no mercado de trabalho e mais forte no trabalhador menos escolarizado, com emprego de pior qualidade, e é esse trabalhador que tem sofrido mais com a crise", disse ao Estado a economista Maria Andreia Parente Lameiras, umas das responsáveis pelo estudo sobre mercado de trabalho publicado na mais recente edição da revista Carta de Conjuntura editada pelo Ipea.

Os menos preparados são, de fato, os mais vulneráveis, mas a crise atinge todos os tipos de trabalhadores.

Outra constatação do Ipea é a de que o tempo em que se fica desempregado está aumentando.

Desagregando os dados da Pnad Contínua aferida mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os economistas do Ipea constataram que é crescente o número de pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos.

No primeiro trimestre de 2015, 17,4% dos desempregados estavam nessa situação há mais de dois anos; neste ano, a proporção subiu para 24,8%, ou praticamente um quarto dos desempregados.



Isso significa que 3,3 milhões de trabalhadores estão há pelo menos dois anos à procura de uma ocupação remunerada. Esse número é 42,4% maior do que o de dois anos antes.

Outros milhões de trabalhadores deixaram de procurar um emprego que tentaram encontrar durante muito tempo e passaram a integrar o grupo de desalentados.

Esse grupo é formado por pessoas que não procuraram emprego no período de referência da pesquisa por se considerar muito jovem, muito idoso ou pouco experiente, ou por acreditar que não encontraria oportunidade de trabalho.

No primeiro trimestre deste ano, segundo o IBGE, o contingente de desalentados era formado por 4,8 milhões de pessoas.

"O mercado de trabalho é o pior retrato da crise econômica pela qual o Brasil está passando", segundo Andréa Lameiras. "Estamos saindo da crise, mas muito lentamente, e o mercado de trabalho reage depois da economia como um todo."

Ou seja, quando a produção, o consumo e os investimentos voltam a crescer, o mercado do trabalho ainda leva um tempo para melhorar.

Mas não há ainda sinais claros de que a economia esteja se recuperando nem de que a questão esteja entre as preocupações prioritárias do governo.

A atividade econômica continua muito baixa, menos intensa do que a observada nos dois últimos anos – quando o crescimento foi pífio –, o que torna mais distante a retomada do emprego.

Era o que tinha a dizer.



Encaminhamento de matéria



A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 034/2019, da Caixa Seguridade, que encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), combinado com o § 3º do art. 37 do Decreto nº 8.945/2016, o Relatório da Administração e a Análise dos Resultados de 2018, com as devidas conclusões do Conselho de Administração.

O documento será encaminhado para conhecimento e manifestação da CTFC, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, e será disponibilizado no Portal do Senado Federal, na página da referida Comissão.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 407, DE 2019

(nº 953/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1662704&filename=PDC-953-2018
- [Informações Complementares](#)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1647171&filename=TVR+226/2018



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.827, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 12 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Armazém, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 408, DE 2019

(nº 1.119/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçanortense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1700798&filename=PDC-1119-2018
- [Informações Complementares](#)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1692999&filename=TVR+301/2018



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçanortense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 738, de 6 de maio de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçanortense para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 409, DE 2019

(nº 1.122/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1700801&filename=PDC-1122-2018
- [Informações Complementares](#)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1693038&filename=TVR+305/2018



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 78, de 1º de fevereiro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 410, DE 2019

(nº 1.132/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1700813&filename=PDC-1132-2018
- [Informações Complementares](#)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1693067&filename=TVR+317/2018



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.187, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 20 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Ascocol - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colorado do Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 411, DE 2019

(nº 1.133/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1700814&filename=PDC-1133-2018
- [Informações Complementares](#)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1693334&filename=TVR+318/2018



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.188, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 20 de junho de 2012, a autorização outorgada à Obras Sociais e Culturais Conceição de Itajaí para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25 de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 412, DE 2019

(nº 1.141/2018, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1700826&filename=PDC-1141-2018
- [Informações Complementares](#)
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1694640&filename=TVR+333/2018



[Página da matéria](#)

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.918, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Lúcia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Lúcia, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2019, vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 407 a 412/2019 poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.



Mensagens do Presidente da República



- nº 259, de 2019, na origem, que restitui os autógrafos do voto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2018 (Medida Provisória nº 843/2018), promulgado e convertido na Lei nº 13.755, de 2018;

- nº 260, de 2019, na origem, que restitui os autógrafos do voto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2018 (Medida Provisória nº 851/2018), promulgado e convertido na Lei nº 13.800, de 2019;

- nº 261, de 2019, na origem, que restitui os autógrafos do voto total rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2017, promulgado e convertido na Lei nº 13.847, de 2019; e

- nº 262, de 2019, na origem, que restitui os autógrafos do voto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Projeto de Lei nº 1.321, de 2019, promulgado e convertido na Lei nº 13.831, de 2019.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar dos autógrafos.

São as seguintes mensagens:



Junte-se ao processado do
medida Provisória
 nº 843, de 2018
 Em 2019 / 6 / 2019



MENSAGEM Nº 259

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do voto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2018 (MP nº 843/18), transformado na Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que “Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967”, acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 19 de junho de 2019.




Junte-se ao processado do
medida Provisória
nº 851, de 2018
Em 25/06/2018

MENSAGEM Nº 260

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2018 (MP nº 851/18), transformado na Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que “Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nºs 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências”, acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 19 de junho de 2019.



Junta-se ao processado do
Projeto de Lei do Senado
nº 188, de 2017
Em 09 / 06 / 2019

REPRODUÇÃO AUTÔGRAFO DO AUTOR

MENSAGEM Nº 261

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto total ao Projeto de Lei nº 188, de 2017 (nº 10.159/18, na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez”, acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.847, de 19 de junho de 2019.

Brasília, 19 de junho de 2019.





Junte-se ao processado do
Projeto de Lei
nº 1321, de 2019
Em 06 / 06 / 2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MENSAGEM Nº 262

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do voto parcial ao Projeto de Lei nº 1.321, de 2019, transformado na Lei nº 13.831, de 17 de maio de 2019, que “Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências”, acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 19 de junho de 2019.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3675, DE 2019

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para tipificar o crime de transporte irregular de passageiros.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para tipificar o crime de transporte irregular de passageiros.

SF/19356/25/16-45

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO X-A

Dos Crimes em Espécie

“Art. 321-A. Explorar serviço de transporte aéreo público de passageiro ou carga, regular ou não regular, doméstico ou internacional, sem a devida certificação operacional da Autoridade de Aviação Civil ou em desacordo com os limites constantes no título autorizativo do cessionário e/ou autorizatário.

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e pagamento de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) dias-multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas:

I - o operador que, possuindo certificação operacional expedida pela Autoridade de Aviação Civil para o transporte aéreo público regular ou não, utilizar aeronave não certificada para o transporte aéreo remunerado de passageiro ou carga;

II - aquele que alugar ou ceder de qualquer forma mediante remuneração, aeronave certificada para o serviço aéreo privado para fins de transporte aéreo público e ou remunerado;

III - aquele que fretar ou comercializar voos em aeronave não certificada para a realização de transporte aéreo público;

IV - os membros da tripulação que concorrerem para o crime capitulado neste artigo;



V - o representante legal ou contratual de pessoa jurídica que, de qualquer forma, concorrer para a prática do tipo previsto no *caput*.

§ 2º A pena será aumentada pela metade se o crime for praticado em missões de transporte de enfermos ou órgãos para transplantes.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/19356/25/16-45

JUSTIFICAÇÃO

O transporte aéreo irregular de passageiros, infelizmente, é uma realidade em nosso País. Popularmente chamado de TACA, o serviço é oferecido em aeroclubes e agências, por pessoas físicas e jurídicas, sem qualquer tipo de fiscalização das autoridades de aviação civil.

Os “taqueiros”, aquelas pessoas que realizam ou intermediam o táxi-aéreo clandestino, atuam livremente em todo o país, sem receio de punição. A culpa disso é a ausência de legislação específica que tipifique a infração como crime.

O Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), lei que encabeça o marco regulatório do setor aéreo, não trata de crimes, apenas de providências administrativas, como multas, suspensões, apreensões, cassação de certificados, etc.

O único enquadramento criminal possível é através do art. 261, do Código Penal, que estabelece pena de reclusão de dois a cinco anos para aquele que “expor a perigo embarcação ou aeronave, própria ou alheia (...”).

Soma-se a isso o fato de que é impossível fiscalizar diuturnamente todos os aeroclubes e proprietários de aeronaves do país. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) fica dependente de denúncias e fiscalizações pontuais.

fn2019-06740

Página 3 de 5

Parte integrante do Avulso do PL nº 3675 de 2019.



Não precisamos falar da gravidade da situação, tampouco dos acidentes aéreos que têm vitimado pessoas que sequer tinham conhecimento de que aquele voo era ilegal.

A operação de aeronave de táxi-aéreo exige que ela seja submetida a um processo diferenciado e rigoroso de certificação pela ANAC, incluindo treinamentos mais exigentes para pilotos, manutenção detalhada, certificação da empresa, contratação de seguros obrigatórios, entre muitos outros requisitos que tornam o serviço muito mais seguro para quem contrata.

Não há outro caminho senão endurecer as regras e tipificar o crime de transporte aéreo irregular de passageiros. O texto que ora apresentamos trata também das sanções transporte ilegal regular de passageiros. Faz-se urgente criminalizar, no CBA, o transporte aéreo clandestino, seja ele regular ou não regular.

Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL

fn2019-06740

Página 4 de 5

Parte integrante do Avulso do PL nº 3675 de 2019.

SF/19356/25/16-45
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.565, de 19 de Dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica - 7565/86
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1986;7565>



O Projeto de Lei nº 3675, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 3676, DE 2019

Altera o inciso V do § 2º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como causa de aumento de pena para o crime de roubo a utilização da vítima como escudo humano.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera o inciso V do § 2º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como causa de aumento de pena para o crime de roubo a utilização da vítima como escudo humano.

SF/19423.65468-05

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso V do § 2º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger com a seguinte redação:

“Art. 157.....

.....
§ 2º.....

.....
V – se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, ou utilizando-a como escudo humano;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



Tem-se espalhado por todo o País, na prática do crime de roubo, a utilização de vítimas como escudo humano.

Na cidade de Manaus, no Amazonas, uma tentativa de assalto a uma loteria provocou uma cena dramática. Após a polícia ter cercado a área, os criminosos, a todo momento, atiravam para fora da loteria. Depois de mais de duas horas de negociação, os assaltantes decidiram deixar o local usando o grupo de reféns como escudo. Os criminosos foram mortos após todos os reféns cumprirem a ordem de se abaixarem ao mesmo tempo.

Na cidade de Itambé, no Paraná, uma quadrilha provocou momentos de terror na vida de quinze pessoas. Os reféns de um assalto a banco foram conduzidos até uma avenida e formaram um escudo humano para impedir que a polícia atirasse contra os bandidos.

Em Salvador, na Bahia, dez homens armados invadiram uma agência bancária e roubaram caixas eletrônicos e o cofre da instituição. Na ocasião, clientes e funcionários foram feitos como reféns. Um grupo de vítimas foi colocado em frente ao banco como escudo humano, para evitar que a polícia atirasse. A mesma tática foi usada na fuga. Reféns foram amarrados aos capôs e janelas de três carros.

Assim, tal prática, de utilização de vítimas como escudo humano, tem sido, covardemente, levada a efeito por criminosos no cometimento de roubos por todo o Brasil, com o objetivo de se furtar da ação da polícia.

Não se pode admitir tal prática, que coloca em situação de risco de vida pessoas simples e trabalhadoras, que se encontravam no local do crime apenas para resolver problemas cotidianos de sua vida.

Diante desse quadro, propomos a tipificação específica desse *modus operandi* na prática do crime de roubo, como causa de aumento de pena. Nossa Código Penal, no inciso V do § 2º do art. 157, apenas descreve a situação do agente que mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. Dessa forma, pretendemos, por meio do presente projeto de lei, a tipificação expressa do agente que mantém a vítima em seu poder, utilizando-a como escudo humano.

dc2019-07672

Página 3 de 5

Parte integrante do Avulso do PL nº 3676 de 2019.

SF/19423.65468-05




Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**

SF/19423.65468-05

dc2019-07672

Página 4 de 5

Parte integrante do Avulso do PL nº 3676 de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
 - inciso V do parágrafo 2º do artigo 157



O Projeto de Lei nº 3676, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 3677, DE 2019

Altera o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de induzir ou instigar alguém a praticar o crime de receptação.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a conduta de induzir ou instigar alguém a praticar o crime de receptação.

SF/1992/12657-38

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 180.....

.....
§ 7º Incorre nas penas do *caput* deste artigo quem induz ou instiga alguém a praticar o crime de receptação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Vem crescendo, no Brasil, o comércio de produtos advindos da prática de outros crimes, principalmente o furto e o roubo, incentivando a chamada “indústria da pirataria”.

Geralmente, os “produtos pirateados” são consumidos em razão de seu baixo custo, bem inferior ao praticado no mercado. Entretanto, tal consumo ilegal, além de incentivar a prática de crimes, prejudica a arrecadação de impostos, gera desemprego e concorrência desleal e, principalmente, alimenta o crime organizado.



Assim, a aquisição de produtos originários da prática de crime produz inegável aumento da criminalidade, principalmente a prática de crimes contra o patrimônio. Na grande maioria das vezes, quando uma pessoa subtrai determinado bem, ela não o guarda para si, mas vende ou troca por outro objeto. Com isso, de uma forma geral, o crime só é praticado porque o criminoso sabe que poderá comercializar, posteriormente, o produto de seu delito.

SF/1992/12657-38

Embora a Lei tipifique a prática do crime de receptação, ela é silente quanto à conduta daquele que induz ou instiga o cometimento desse delito. Sendo assim, tal conduta é considerada um indiferente penal, não fazendo parte, portanto, do tipo penal.

A nosso ver, aquele que induz ou instiga alguém a praticar a receptação deve ser apenado da mesma forma que aquele que executa o crime, uma vez que ambos contribuem para a “indústria da pirataria” e para o aumento da criminalidade.

Assim, propomos, por meio deste projeto de lei, a criação de um dispositivo que permita a aplicação da pena do crime de receptação àquele que induz ou instiga alguém a cometer esse delito.

Com essa medida, pretendemos reduzir, substancialmente, a prática do crime de receptação e, consequentemente, a prática de outros crimes contra o patrimônio, principalmente o furto e o roubo.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**

dc2019-07674

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 3677 de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA

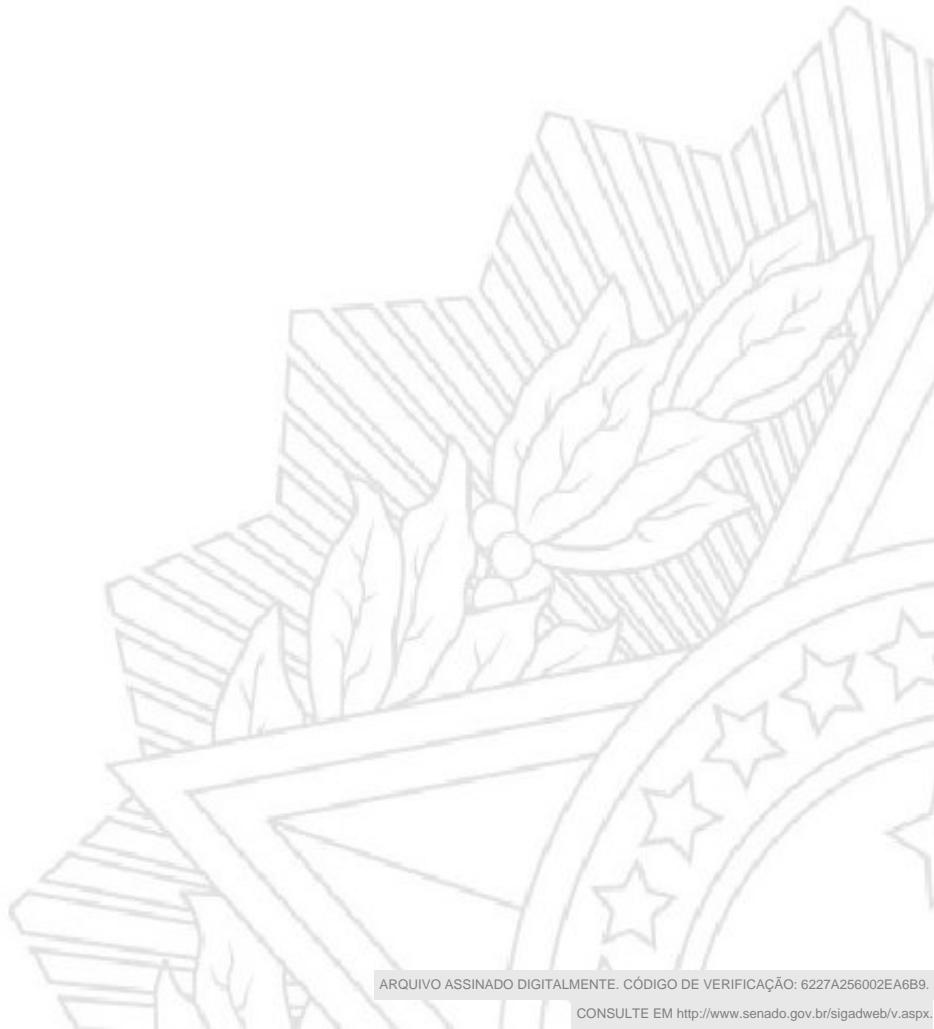
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
 - artigo 180



O Projeto de Lei nº 3677, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 530, DE 2019

Criação de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar a situação do Estado de Roraima com a finalidade de verificar o impacto da imigração dos venezuelanos junto à população no que se refere à segurança pública, saúde e educação.

AUTORIA: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

SF/19319.93059-71 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 5 (cinco) membros titulares para, no prazo de 7 (sete) dias, acompanhar a situação do Estado de Roraima com a finalidade de verificar o impacto da imigração dos venezuelanos junto à população no que se refere à segurança pública, saúde e educação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2019.

**Senador Mecias de Jesus
(PRB - RR)****Senador Telmário Mota
(PROS - RR)****Senador Chico Rodrigues
(DEM - RR)****Senador Eduardo Girão
(PODE - CE)****Senador Styvenson Valentim
(PODE - RN)**

Término de prazo



Encerrou-se em 21 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 58, de 2019.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria vai à CCJ e à CDIR.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões* (S)
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Orio Vistoso Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20

PSDB-8 / PODEMOS-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Elmano Férrer.	PODEMOS / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juíza Selma.	PSL / MT
Lasler Martins.	PODEMOS / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODEMOS / RJ
Rose de Freitas.	PODEMOS / ES
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13

PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe. DF

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Renilde Bulhões* (PROS-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (27) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (8,26,33) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (5) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (9) Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus (13)	Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 20 Líder Eduardo Girão - PODEMOS (24) Líder do PODEMOS - 8 Alvaro Dias (7) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (28) Rose de Freitas (29) Lasier Martins (25) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (23) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,39) Rodrigo Cunha (36) Líder do PSL - 4 Major Olímpio (11)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (18) Líder do PDT - 4 Weverton (2) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (6) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru (3) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (20,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (12,17) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (32) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (20,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (14) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (4,16) Jorginho Mello (1,15) Zequinha Marinho (19,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (4,16) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,15) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (19,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (10) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
 Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (8,26,33)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (34) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41) Elmano Férrer (40) Izalci Lucas (35,39) Chico Rodrigues (38)	Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (22)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
10. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
11. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).



12. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
13. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
19. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
23. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
28. Em 13.02.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

- Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
- Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
- Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
- Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
- Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
- Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
- Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
- Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,11,12)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).
10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).
11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).
12. Em 06.06.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 164/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (8)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Arolde de Oliveira (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (19)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32)
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8,31,33)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3,22)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3.

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Carlos Viana (2)	1. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparto foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. VAGO (10,13,14,16)
(13,18)	3. VAGO (14)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (11)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (11)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
VAGO (6,19)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (9)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (9)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (16)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
9. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).	
10. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).	



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (8,14,15)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (16)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13)	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (7)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (12)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Férrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
15. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
16. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
17. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁸⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,20)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).
16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
20. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (11)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (11)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,19)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (10)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
VAGO (4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(8,9,10)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
9. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
10. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(7,16)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,18)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,18)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ^(6,13)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽⁹⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,11)	2.
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
8. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
9. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).	
10. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).	
11. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
18. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(*Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018*)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

